



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

Há desvios de aplicação das receitas extractivas canalizadas às comunidades
*- Rastreio e análise dos gastos dos 2,75% canalizados para as província de
Cabo Delgado, Nampula, Tete e Inhambane entre 2013-2020*



Ficha Técnica:

Título: Há desvios de aplicação das receitas extractivas canalizadas às comunidades

- Rastreio e análise dos gastos dos 2,75% canalizados para as província de Cabo Delgado, Nampula, Tete e Inhambane entre 2013-2020

Autor: Rui Mate

Revisão linguística : Samuel Monjane

Controle de qualidade: Inocência Mapisse

Parceiros locais: Kulima, Acoord, Kubecera, Edson Benjamim e Delúvia Chaúque

Índice

1	Introdução.....	6
1.1	Objectivos	7
2	Metodologia.....	7
3	Análise dos projectos por província.....	8
3.1	Análise dos projectos dos 2,75% da Comunidade de Namanhumbir, Província de Cabo Delgado 8	
3.2	Análise dos projectos dos 2,75% da Comunidade de Topuito, distrito de Larde, Província de Nampula	35
3.3	Análise dos projectos dos 2,75% da Comunidade de Moatize e Marara, Província de Tete	40
3.4	Análise dos projectos dos 2,75% da Comunidade de Pande distrito de Govuro, e Maimelane, distrito de Inhassoro, Província de Inhambane	62
4	Conclusões e recomendações	79
5	Documentos consultados.....	80

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Valores transferidos à comunidade de Namanhumbir entre 2016-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT).....	9
Gráfico 2: Execução dos valores transferidos à comunidade de Namanhumbir entre 2016-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT).....	9
Gráfico 3: Distribuição percentual média dos projectos por áreas (2016-2020).....	10
Gráfico 4: Valor alocado aos projectos por áreas (2016-2020) – valores em milhões de MT.....	11
Gráfico 5: Valores transferidos à comunidade de Larde e Angoche entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT).....	36
Gráfico 6: Execução dos valores transferidos à comunidade de Larde e Angoche entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT).....	36
Gráfico 7: Valores transferidos à comunidade de Moatize e Marara entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT).....	41
Gráfico 8: Execução dos valores transferidos à comunidade de Moatize e Marara entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT).....	41
Gráfico 9: Valores transferidos às comunidades de Maimelane e Pande entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT).....	63
Gráfico 10: Execução dos valores transferidos às comunidades de Maimelane e Pande entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT).....	63
Gráfico 11: Execução dos valores dos 2,75% por área de actividades nos distritos de Inhassoro e Govuro	64

Índice de Tabelas

Tabela 1 Resumo dos Projectos dos 2,75% no distrito de Montepuez, comunidade de Namanhumbir (2016-2020)	31
Tabela 2 Quadro Resumo dos Projectos dos 2,75% do Distrito de Moatize entre 2013-2020	51
Tabela 3: Projectos dos 2,75% do Distrito de Marara entre 2013-2020.....	60
Tabela 4: Resumo dos Projectos dos 2,75% nos distritos de Inhassoro, comunidade de Maimelane, e Govuro, comunidade de Pande (2013-2020)	74

1 Introdução

Em 2020, o CIP produziu um estudo sobre os mecanismos de redistribuição dos ganhos do sector extractivo¹. Dentre outros aspectos, o referido estudo concluiu, de forma geral, que não existem bases para se aferir se os montantes alocados às comunidades produzem os efeitos para os quais foram criados e mais, que existem desafios profundos no modelo de gestão adoptado por Moçambique para a compensação às comunidades. O estudo apresentou também algumas recomendações relevantes como são os casos da necessidade de uma maior participação das comunidades na definição das prioridades, a necessidade de transparência e abrangência na alocação do valor e o aumento da percentagem alocada às comunidades (e distritos) como forma de potenciar um real impacto dos projectos de desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das comunidades.

Neste contexto, dado o anterior estudo não ter possibilitado a análise dos reais benefícios às comunidades, o CIP fez uma avaliação do uso dos montantes atribuídos a cada uma das comunidades beneficiárias dos 2,75% do imposto de produção do sector extractivo, com o objectivo de aferir o nível de apropriação das comunidades aos projectos produzidos por este recurso, bem como as mudanças qualitativas e quantitativas produzidas por esses mesmos projectos na vida da população. De forma geral concluiu que as mudanças não foram significativas, são quase imperceptíveis na vida da população, e o desvio de aplicação foi prática dominante.

Este facto deriva, de acordo com o constatado, do fraco envolvimento da população na definição das prioridades, dos desvios de aplicação em relação ao preconizado pela circular que define o menu de projectos elegíveis, do desconhecimento das autoridades implementadoras sobre o processo de gestão dos 2,75% e da má qualidade dos projectos implementados.

Esta análise foi desenvolvida em parceria com organizações da sociedade civil e investigadores locais nomeadamente: consultores individuais, em Cabo Delgado, a organização KULIMA, em Nampula, KUBECERA, em Tete e ACOORD, em Inhambane. O CIP fez a coordenação.

¹<https://cipmoz.org/2020/09/06/modelo-actual-de-transferencia-dos-275-para-as-comunidades-pode-gerar-desigualdades-economicas-e-socias/>

1.1 Objectivos

Constituíram objectivos do trabalho os seguintes

Geral:

Contribuir para uma utilização correcta, eficiente, oportuna e transparente dos recursos extractivos provenientes dos 2,75% do imposto de produção e que beneficiam as comunidades afectadas, melhorando a sua vida de forma qualitativa e quantitativa.

Específicos:

1. Mapear os valores das transferências às comunidades no âmbito dos 2,75% com base no imposto de produção efectivamente pago e comparar com o realmente alocado no orçamento e transferido às comunidades;
2. Avaliar a efectividade dos projectos realizados no âmbito dos 2,75% em relação ao planeado;
3. Identificar, no terreno, os projectos realizados no âmbito dos 2,75% e verificar, através de uma análise, o seu nível de qualidade e abrangência; e
4. Aferir, através de entrevistas às comunidades e de outros métodos, a relevância dos projectos levados a cabo, as mudanças qualitativas e quantitativas produzidas por cada um dos projectos e a inclusão das mulheres, jovens e líderes locais na definição de prioridades.

Para o alcance destes objectivos, o presente relatório de análise, está dividido em 4 partes, nomeadamente: 1- introdução; 2 – metodologia usada; 3 – análise dos projectos por província; 3 – conclusões e recomendações.

2 Metodologia

Para a análise dos 2,75% nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Tete, e Inhambane, províncias escolhidas devido ao peso no total das transferências efectuadas às comunidades, cerca de 96% do total transferido², seguiram-se as seguintes acções; i) consulta a documentos relativos à questão da transferência dos 2,75%, ii) visita aos distritos e comunidades destinatários das transferências e levantamento dos projectos realizados, verificação do ponto de situação dos mesmos, e iii) entrevistas, reais e remotas, com alguns membros da comunidade e outros intervenientes relevantes das instituições governamentais na província e a nível local, bem como representantes da sociedade civil e empresas de construção.

² Esta percentagem refere-se as transferências efectuadas em 2020. Veja CGE de 2020

Procurou-se, durante as visitas aos distritos, incluir os grupos mais vulneráveis nas entrevistas e consultas, incluindo mulheres, jovens e idosos. Foram considerados, durante a realização do trabalho, questões de segurança devido à pandemia da COVID-19 e a guerra em Cabo Delgado.

Recolhida a informação, foram cruzadas diferentes fontes de informação para garantir a sua consistência e, através de métodos qualitativos e quantitativos, foi analisada a informação recolhida e produzido o presente relatório.

3 Análise dos projectos por província

3.1 Análise dos projectos dos 2,75% da Comunidade de Namanhumbir, Província de Cabo Delgado³

Mais de 16 milhões de MT não foram canalizados pelo Ministério de Economia e Finanças para a Comunidade de Namanhumbir entre 2016-2020

O posto administrativo de Namanhumbir, distrito de Montepuez, hospeda vários projectos do sector mineiro o que lhe confere o direito de receber parte dos recursos decorrentes da exploração destes recursos, nomeadamente os 2,75% do imposto sobre a produção, determinados em 2013 como o valor a ser canalizado às comunidades que hospedam os projectos do sector mineiro.

Segundo dados da Contas Geral do Estado de 2016-2020, foi transferido à Comunidade de Namanhumbir o valor global de 68,5 milhões de meticais no âmbito dos 2,75%. Este valor representa uma diferença de menos 16,83 milhões de meticais do valor que efectivamente deveria ter sido canalizado a esta comunidade, considerando o imposto de produção pago pela Montepuez Ruby Mining (MRM) ao Governo, e reportado nos relatórios da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE). Segundo os dados apurados, as maiores diferenças dos valores transferidos e os que efectivamente deveriam ter sido transferidos verificam-se nos anos de 2016 e 2017, primeiros anos de transferências para esta comunidade. Em 2020, após anos sucessivos de redução das diferenças, os valores transferidos pelo Ministério de Economia e Finanças coincidem com os calculados com base do imposto de produção pago, significado que, neste ano, o Governo transferiu o valor efectivamente devido. Ver gráfico 1 abaixo.

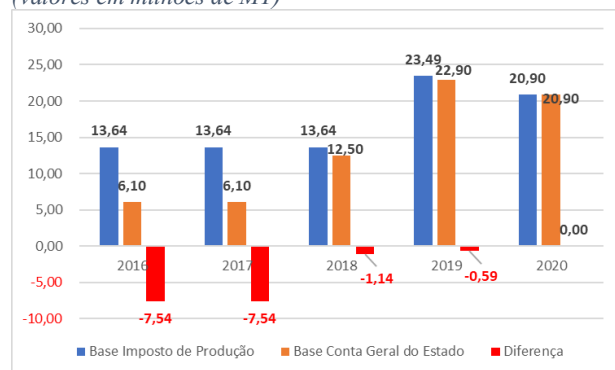
Em termos de execução do valor alocado, dados compilados dos projectos executados mostram que o valor transferido pelo MEF, foi executado em 99,5%, o correspondente a 68,16 milhões. Facto curioso é que em

³ Ver tabela 1

2020 foi executado 14% acima do valor transferido, podendo se questionar a proveniência deste acréscimo não reportado na planificação inicial.

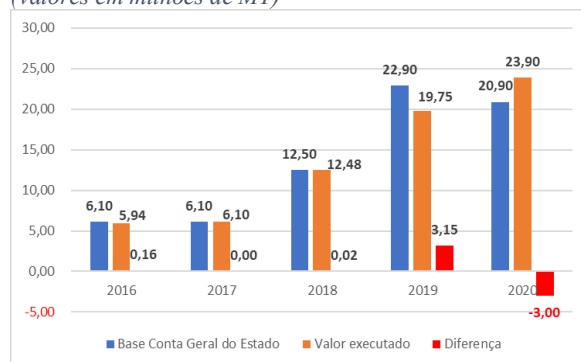
No global, os dados mostram que foram devolvidos, à conta única do tesouro, cerca de 0,34 milhões de meticais por falta de execução. A maior devolução verificou-se em 2019, com cerca de 3,15 milhões de meticais. Estas situações de devolução de valor remetem à necessidade, mais uma vez, de uma melhor planificação dos fundos dos 2,75%, numa lógica diferente das lógicas do OE. Ver gráfico 2 abaixo.

Gráfico 1: Valores transferidos a comunidade de Namanhumbir entre 2016-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT)



Fonte: CGE (vários anos) e relatórios da ITIE (vários anos)

Gráfico 2: Execução dos valores transferidos a comunidade de Namanhumbir entre 2016-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT)



Fonte: CGE (vários anos) e relatórios de execução dos projectos

Importa realçar que o valor devolvido ao nível central, por falta de absorção no devido ano, não volta a ser encaminhado para a referida comunidade e não há qualquer relatório sobre a aplicação do mesmo.

Os projectos executados em Namanhumbir não fazem parte das actividades elegíveis para o fundo

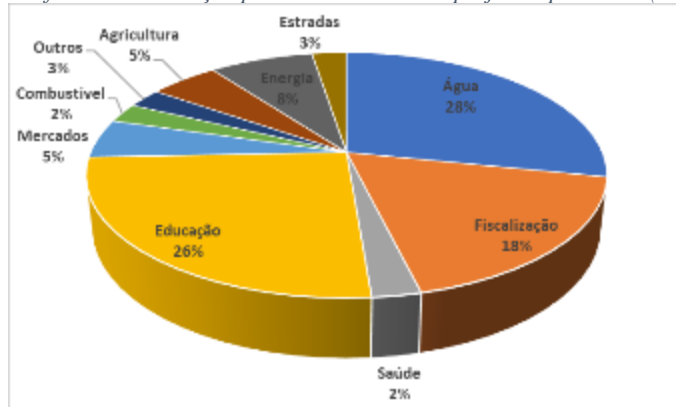
Entre 2016 a 2020 foram identificados 39 projectos para serem concretizados com os fundos dos 2,75% em Namanhumbir. Destes projectos, 11, que representam 28% do total, são referentes a construção e reabilitação de furos de água e 10, que representam 26% do total, são referentes a construção e apetrechamento com mobiliários de escolas da comunidade. Ver detalhes no gráfico 3 abaixo

No leque das prioridades executadas neste período encontram-se 5 projectos (13% do total) que não fazem parte dos projectos elegíveis para a concretização através dos fundos dos 2,75%, de acordo com o estabelecido na alínea b) do número 3 da Circular 01/MPD-MF/2013 que define os critérios a observar na implementação de projectos financiados por receitas mineiras e petrolíferas canalizadas às comunidades. Trata-se concretamente da aquisição de combustível, em 2017, no valor de 237 mil meticais (0,35% do

valor total transferido) e, da expansão da rede eléctrica e colocação de 3 PT, no valor de 9 milhões de meticais (13% do valor transferido).

Apesar destes projectos visarem promover o desenvolvimento da comunidade, os mesmos não são elegíveis dentro dos critérios estabelecidos mostrando, deste modo, um desvio de aplicação do valor dos 2,75% para as realizações que deveriam ser garantidas pelo OE atribuído ao distrito, cujo valor em 2017 situou se em 12,5 milhões de meticais.

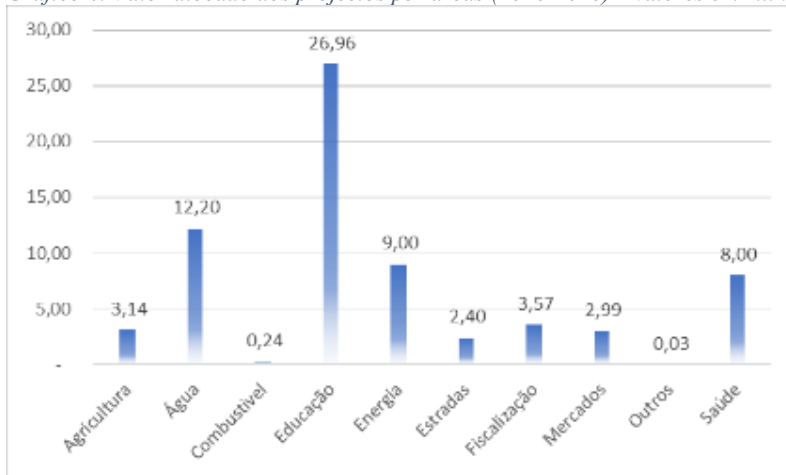
Gráfico 3: Distribuição percentual média dos projectos por áreas (2016-2020)



Fonte: Relatórios de execução dos projectos (2016-2020)

Em termos de valores, conforme se pode ver pelo gráfico 4 abaixo, a área da educação, com uma alocação de 26,96 milhões de meticais, absorveu 39% do valor global de 68,5 milhões de meticais seguida pelas áreas de água, com 12,2 milhões de meticais representando 18% do total, e de energia, com 9 milhões de meticais representando 13% (importa lembrar que a área de energia não é elegível no âmbito destes fundos). As outras áreas, que correspondem ao projecto de colocação de placas de obras e aquisição de combustível (não elegível), correspondem às áreas com as menores alocações: com 0,04% e 0,35% do total respectivamente.

Gráfico 4: Valor alocado aos projectos por áreas (2016-2020) – valores em milhões de MT



Fonte: Relatórios de execução dos projectos (2016-2020)

Há falta de clareza sobre a fonte de financiamento das obras dos 2,75% em Namanhumbir

Conforme apontou o estudo do CIP sobre o modelo de transferência dos 2,75% às comunidades, a vinculação deste fundo aos procedimentos de gestão e execução do Orçamento do Estado (OE) é prejudicial aos seus objectivos uma vez que, muitas vezes, se confundem as transferências para as comunidades com o OE dos governos distritais e com as actividades relacionadas com responsabilidade social das empresas que operam no sector. Esta confusão permite a sobreposição de projectos e a corrupção na sua gestão, impedindo assim que os investimentos possam gerar desenvolvimento nas comunidades beneficiárias (CIP, 2020)⁴.

Nas consultas efectuadas em Namanhumbir sede, nomeadamente aos Chefe do Posto Administrativo, Chefe da Localidade de Namanhumbir sede, que é ao mesmo tempo Chefe do Conselho Consultivo Local, e ao Chefe do Bairro sobre o processo das transferências dos 2,75% às comunidades e concretamente das obras resultantes dessas transferências, os mesmos demonstraram conhecimento do processo mas desconhecimento das obras daí resultantes visto não haver uma nítida separação entre as realizações através do OE para o distrito, as realizações no âmbito dos 2,75% e responsabilidade social da empresa, a Montepuez Ruby Mining. No entanto, os nossos entrevistados indicaram algumas realizações (furos de águas) mas não foi possível verificar se se tratavam de obras resultantes dos 2,75%, responsabilidade social da MRM ou de realizações do Governo Distrital.

⁴<https://www.cipmoz.org/pt/2020/09/06/modelo-actual-de-transferencia-dos-275-para-as-comunidades-pode-gerar-desigualdades-economicas-e-socias/>

“não existem furos abertos com este fundo neste posto sede, apenas existem 2 furos abertos em 2017 no âmbito da responsabilidade social da Montepuez Ruby Mining”. Líder comunitário e chefe da aldeia de Namanhumbir sede

Esta dúvida dos líderes locais é verificada, em parte, pela inclusão, conforme abordado anteriormente, de actividades não elegíveis no menu de projectos a serem financiados pelos 2,75% e reforça a recomendação de análises anteriores, da necessidade de um modelo de gestão dos 2,75% diferente das lógicas de gestão do OE para permitir uma maior transparência e monitoria de todo o processo.

Há fraco envolvimento das comunidades sobre as prioridades da aplicação dos 2,75%

Segundo os documentos consultados, verifica-se que só a partir de 2019 iniciou o processo de consulta à comunidade sobre as prioridades de afectação dos 2,75%. Anteriormente, todas as prioridades eram definidas a nível distrital. Outro facto observado é que, em 2019, existe um levantamento das necessidades junto à população, mas observa-se que os projectos finais não cobrem necessariamente as prioridades definidas pela população. Em 2019, do total de 20 aldeias propostas pela comunidade só 2 (Nanune e Mpené) foram abrangidas. Estas aldeias receberam 5,4 milhões de meticais de um total de 23,9 milhões disponibilizados. O valor restante, 77% do total disponibilizado, isto é, 18,5 milhões de meticais, foi priorizado sem o envolvimento das comunidades.

Segundo apurado nas entrevistas efectuadas pelo CIP aos líderes locais em Namanhumbir sede, o processo de gestão dos 2,75% inicia após a recepção da informação do valor exacto disponibilizado no OE. Após esta informação é convocada uma sessão do Conselho Consultivo Local (CCL) para o levantamento das necessidades junto às comunidades. Esta sessão é antecedida de uma auscultação à população pelos líderes comunitários. Nos documentos disponibilizados ao CIP, apurou-se que este roteiro só iniciou a partir de 2019 (veja abaixo a tabela resumo sobre “Levantamento dos projetos por aldeia referente aos fundos de 2,75%”).

Questionados sobre como o processo decorria antes de 2019, os mesmos afirmaram que, dada a in experiência na gestão dos 2,75%, as prioridades eram decididas a nível distrital.

“Em 2016 a ordem dada pela Administradora Etelvina Fevereiro foi de aplicar todo valor dos 2,75% referente a este ano na abertura de 6 furos de água. E assim se fez”. Cassiano Cornélio Bernabé, Chefe do Posto Administrativo de Namanhumbir -entrevista realizada no dia 18/06/2021.

Por seu turno, o Líder comunitário e chefe da aldeia de Namanhumbir sede (Terenciano Dinis e Raul Mendes Vida) sobre o envolvimento da população afirma:

“existe pouca informação sobre o assunto, pois, eles também estão pouco informados sobre os passos do processo relativo aos 2,75%”. Desde a chegada da Montepuez Ruby Mining tudo continua igual até agora só vimos a escola e o tractor, e isto, nos deixa insatisfeitos” - entrevista realizada no dia 18/06/2021

O Chefe da localidade sede e chefe do C.C.L (Navaia) afirmou que:

“A população tem conhecimento sobre os 2,75% pois antes das sessões do CCL, que acontecem na presença do chefe da aldeia e do líder comunitário, acontecem pequenas reuniões com a população. Nestes encontros são auscultadas as opiniões da população sobre as prioridades em relação aos 2.75%. Estas opiniões são levadas ao CCL e posteriormente ao Governo do Distrito em relatórios. Daí em diante não existe mais participação da população, nem do CCL nos passos subsequentes.” - entrevista realizada no dia 18/06/2021

A não consulta às comunidades em relação as prioridades que devem ser implementadas com o valor resultante dos 2,75%, bem como a falta de informação do Governo Distrital, resulta, por um lado, na desconfiança por parte da comunidade em relação a todo o processo de gestão bem como na possibilidade de o executivo local decidir sobre as prioridades, que por vezes não são as mesmas da população, e o mesmo aprofunda as dúvidas em relação aos projectos financiados pelas diversas fontes para o distrito. Um dos líderes locais entrevistados pelo CIP afirmou o seguinte:

“Foi construído um mercado em 2017 em Nanhupo A, mas que até hoje não está sendo usado porque o mesmo está localizado numa zona não sugerida pela população e ainda por cima é muito longe do povoado. Na altura, a Administradora Etelvina Fevereiro exigiu que o mesmo fosse construído naquela zona, confrontando a vontade da população. Neste momento como solução está em curso um plano de usar o mercado para realização de feiras agrícolas” Cassiano Cornélio Bernabé, Chefe do Posto Administrativo de Namanhumbir Sede - entrevista realizada no dia 18/06/2021

Fraco envolvimento da comunidade local no processo de monitoria

Outro aspecto constatado na análise é o fraco envolvimento da população e da comunidade local no processo de monitoria. Alguns membros da comunidade entrevistados pelo CIP no dia 18/06/2021 relataram o seguinte:

“Até agora só participaram uma vez em 2016 no Serviço Distrital de planeamento e Infra-estruturas (SDPI) no processo de elegibilidade das empreitadas. Depois disso só participam para fazer levantamento das necessidades da população. Mesmo marcando presença nos encontros de

monitoria e execução, a nossa participação não é activa, pois não temos conhecimento do objecto do concurso, o que nos torna meros participantes.” (Cassiano Cornélio Bernabé, Chefe do Posto Administrativo de Namanhumbir Sede)

Outro exemplo de falta de envolvimento é descrito pelo Chefe da localidade sede e chefe do C.C.L segundo o qual:

“sei da existência de um tractor que está na casa do chefe do posto administrativo. Este tractor é usado pela população mediante requisição no valor de 2,5 mil meticais, valor este que é depois depositado na conta da Secretaria Distrital, que dizem que é para reverter para o pagamento do condutor e para a manutenção do tractor.

Estas duas colocações mostram de forma clara a centralização de todo o processo de gestão dos 2,75% abrindo espaços para a corrupção e para desvios em prejuízo da população que se deveria beneficiar do fruto da exploração dos recursos naturais.

Análise física dos projectos por aldeia⁵

A comunidade do Posto Administrativo de Namanhumbir é composta por 12 aldeias nomeadamente: (1) Namanhumbir Sede; (2) Mpuho; (3) Nacimoja; (4) Chimoio; (5) Nanhupo; (6) Mpupene; (7) Mpene; (8) Namomba; (9) Nanune; (10) Ujama; (11) Namahaca; e (12) Nsembia. Nestas aldeias foi constatado o seguinte, em relação aos projectos provenientes dos 2,75%:

1. Namanhumbir Sede

Segundo os documentos fornecidos pela administração do distrito, para 2016 estava prevista a construção de 6 furos de água e a reabilitação de 18. Igualmente, para 2018, estava prevista a construção de mais um furo de água totalizando, neste caso, 25 furos até 2020. Dos furos previstos para a construção foram identificados apenas 4 dos quais 3 estão avariados. O furo em funcionamento está localizado na escola Primaria de Namanhumbir Sede. Os furos avariados estão visivelmente abandonados, em mau estado de conservação, alguns com falta de algumas peças. Em relação aos 18 reabilitados não foi encontrada nenhuma evidencia dessa actividade.

⁵ Ver mapa resumo

Imagem 1: furo de agua em funcionamento



Imagem 2: furo de agua avariado



Imagem 3: furo de agua avariado



Imagem 4: furo de agua avariado



Em 2017 foram construídas 2 salas de aulas e equipadas com 250 carteiras. Foi também construída, em 2016, 1 (uma) latrina dupla.. No entanto, no plano do uso dos fundos em 2016 este projecto (250 carteiras e 1 latrina dupla) não aparecem. As salas e os restantes equipamentos apresentam-se em bom estado de conservação. Observa-se, no entanto, um mau uso das latrinas que apresentam mau cheiro.

1 latrina dupla



lote de 250 carteiras



2 salas de aulas



placa dos 2,75%



Em 2018 foi prevista a aquisição de 900 Kg de semente de milho para distribuir pelos agricultores. Do rastreio realizado pelo CIP não foram encontradas evidências da realização desta actividade.

Em 2020 foi adquirido um tractor, alfaias e atrelado agrícola. Estes equipamentos existem, contudo, volvido cerca de 1 ano, segundo informação do líder comunitário e do chefe da aldeia, estes instrumentos ainda não estão em uso porque ainda não se fez a entrega oficial à população.

Trator



Atrelado



Charruas



Grades



2. Mpuho

Em 2016 foi aberto 1 furo de água. Este furo está em funcionamento, contudo é pouco usado porque, primeiro o acesso ao furo é mediante um pagamento de 5 meticais mensais geridos por um comité de gestão de água formado na comunidade com vista a garantir a sua manutenção visto que por parte do governo não é alocado nenhuma verba para o efeito. Por outro lado, a população prefere usar os poços em suas casas só recorrendo ao furo quando os poços secam. A população reclama que a água do furo não tem muita pressão, daí que a mesma fica como plano B.

Furo de água em funcionamento



Em 2018 foi construído um bloco com 3 salas de aulas, apetrechadas com 25 carteiras cada e cadeira e secretária para professores, e 2 casas de banho. Volvidos pouco mais de 2 anos, verificaram-se rachas nas paredes das casas de banho e fechaduras danificadas. A população mostrou estar feliz pela construção da escola pois antes não havia uma escola primária na aldeia, sendo que as crianças percorriam 3km para chegar à escola da aldeia mais próxima (Chimoio). A população reclama o facto de não haver água na escola, a ausência de um bloco administrativo e de vedação o que faz com que os materiais didáticos e meios de ensino fiquem do lado de fora (ao relento) no momento das aulas. O furo de água mais próximo da escola dista a mais ou menos 1km.

Sala com carteiras



Bloco de 3 salas



Sala de aulas com loiça



1 latrina dupla



Casas de banho com rachas



Fechaduras estragadas



3. Nacimoja

Em 2018 foi aberto 1(um) furo mecânico para o abastecimento de água potável. Está em funcionamento e beneficia a maior parte da população desta aldeia. A população demonstra satisfação com o furo que jorra muita água e com a devida pressão. O furo está sob a gestão da população para casos de avaria ou de necessidade de manutenção. Verificou-se falta de limpeza tendo a população referido que a mesma é da responsabilidade dos comités de gestão de água que funcionam a nível local.

Furo em funcionamento



Furo em Funcionamento



Furo em Funcionamento



1 Falta de Higienização



Em 2019, apesar de não fazer parte dos projectos elegíveis para esse fundo, houve expansão da rede elétrica numa extensão de 2 mil metros e foi colocado um PT (projecto que abrange as aldeias de Chimoio e Nanune). A população demonstra satisfação, pese embora a luz esteja só ao longo da estrada e não para dentro da comunidade. Afirma, a população, que continua sem energia porque existe muita burocracia para assinaturas de contrato com a EDM. Logo, a sua necessidade com a energia ainda estão longe de ser satisfeita.

PT Nacimoja



4. Chimoio

Em 2018 foi construído 1(um) bloco com 3 salas de aulas. Foi apetrechado com carteiras para alunos e secretarias para os professores. A população mostra-se satisfeita com a escola porque foi construída com material convencional, diferente da antiga escola que era de material precário onde pingava e as crianças sentavam-se no chão.

Bloco de 3 salas Chimoio



Racha nas paredes



salas com carteiras



1 latrina dupla



Em 2019, apesar de não fazer parte dos projectos elegíveis para esse fundo, houve expansão da rede elétrica numa extensão de 2 mil metros e colocado um PT (projecto que abrange as aldeias de Nanune e Nacimoja). A população mostra-se satisfeita, pois já pode carregar telefones, assistir jogos, passear a noite ao longo da estrada, o que antes era complicado por causa da escuridão.

PT Chimoio



5. Nanhupo

Em 2017 foi construído 1(um) bloco com 2 salas de aulas e um mercado cuja conclusão foi em 2018. Quanto ao bloco com 2 salas de aulas foi constatado que o mesmo está sendo mal usado e mal conservado. Foi constatada, para além do bloco, a existência de 2 casas de banhos duplas, 1 furo de água e uma infraestrutura para a colocação de tanque de água de sistema de queda-livre que dizem ter sido construído com os fundos dos 2,75%. Mas, estas obras não estão referenciadas nos planos de investimentos com estes fundos.

! bloco de 2 salas 2017



1 casa de banho dupla



1 Sistema de queda livre



1 furo de água



Em relação ao mercado, a sua construção iniciou em 2017 e só foi concluído em 2018. Fica a dúvida em relação ao seu custo efectivo uma vez que em 2017 estava estimado em 1,995 milhões de meticais, valor integralmente executado em 2017, supondo-se, pela natureza dos projectos financiados pelos 2,75%, que o mesmo deveria ter sido concluído a esse custo em 2017. No entanto, em 2018 aparece um custo de 997 mil meticais para o mesmo mercado. Isto significa que o mercado custou 2,993 milhões de meticais (excluído a fiscalização).

No rastreio efectuado pelo CIP constatou-se que o mesmo não está em uso desde a sua construção por 3 motivos, segundo depoimentos da população e vendedores no mercado actual nomeadamente: *i)* na zona do mercado não há energia eléctrica; *ii)* o mercado está numa zona de reserva do Estado para outros fins diferentes de mercado e, *iii)* o mercado é pequeno e a população nunca recebeu informação oficial, por parte do Governo, para o seu uso. No entanto afirma-se que se as condições forem criadas e o Governo autorizar, o mercado será usado.

Mercado Nanhupo A



Mercado Nanhupo A



Mercado Nanhupo A



Mercado Nanhupo A



6. Mpupene

Em 2020 foi construído 1 furo de água. Na visita feita pelo CIP foi constatado que o mesmo estava avariado para além de estar localizado distante da estrada principal e da comunidade. Está numa zona intransitável. Foi concluído no dia 05/12/2020 e a população nunca o usou. A população mostra-se insatisfeita com esta obra, pois em nada ajuda.

1 Furo avariado



7. Mpene

Em 2019 foram construídos 02 aquedutos, reabilitada a Estrada NC Ruby Mining, de 9,5km e 5m de Largura. Constatou-se que a estrada existe, contudo sem qualidade. Não está nivelada, tem trepidações e a largura não permite o cruzamento, com facilidade, de dois carros. Em relação aos aquedutos estes são muitos baixos. Observou-se que ao chover a água pode passar por cima da estrada ficando assim intransitável.

Estrada reabilitada



2 aquedutos



8. Namomba

A população desta aldeia mostrou desconhecimento em relação aos 2,75%, tanto que não sabem de onde vêm os fundos para a implantação das obras.

Em 2019 foram construídas 3 salas (escola) equipadas em 2020 com 75 carteiras, 6 cadeiras e 6 secretarias. Ainda em 2019, foi construído, no recinto das 3 salas, 1 bloco administrativo e 2 latrinas duplas. A escola apresenta uma boa qualidade. A comunidade mostra satisfação com a obra, acrescentando que a antiga escola estava no “mato”, era de material precário e era um local de risco de ataques neste período de conflitos. A população mostra também vontade de ver a escola vedada preocupação pelo facto da mesma não ter um pátio onde as crianças possam brincar, pois, uma parte do espaço da escola está em conflito com um agente económico do Distrito.

Bloco de 3 salas



2 latrinas duplas



1 bloco administrativo



salas com carteiras, secretaria e cadeiras



Em 2020 foi construído 1 (um) furo de água. Este furo está perto da escola, construída em 2019, e beneficia tanto a escola como a comunidade em seu redor. No entanto, a população não está muito satisfeita com o mesmo pois a água não sai com frequência, não tem pressão e é turva. A população afirmou também que este furo não está localizado onde se propôs, logo, não ajuda muito. Recorre-se muitas vezes a poços caseiros.

1 furo em funcionamento



9. Nanune

A população mostra desconhecimento em relação a proveniência dos fundos para a implantação das obras e não tem conhecimentos sobre os 2,75%.

Em 2019 houve expansão da rede elétrica e colocação de um PT (projecto que abrange as aldeias de Chimoio e Nacimoja). O PT funciona, nunca houve problemas de avarias. A população lamenta que a corrente elétrica esteja somente ao longo da estrada e a 100 m para dentro das comunidades. Mais para o interior a corrente ainda não chegou. Por isso a população não sente muito de perto, no seu dia a dia, o benefício directo da corrente elétrica.

PT Nanune



Em 2020 foi construído um mini sistema de água potável. O CIP constatou que o sistema está avariado e a população recorre a poços caseiros, alguns com água sem qualidade para o consumo. A população mostra insatisfação com este facto primeiro porque o furo está localizado numa zona não proposta por ela e segundo onde o furo está parece não ter água. Por isso não tem pressão.

1 mini sistema de agua avariado



poços caseiros alternativos



10. Ujama

Em 2020 foi construído um 1 furo de água. O furo está em funcionamento e a população mostra-se satisfeita com a obra, pois responde às suas necessidades em matéria de água. A água tem pressão, sai todos os dias, apesar de ser salubre (salgada). Este tipo de água não é recomendado para o consumo humano porque pode conter um elevado nível de contaminação biológica e pode causar sérios danos à saúde⁶

1 furo em funcionamento



11. Namahaca

Foram construídos 2 furos de água nesta aldeia: um em 2018 e outro em 2020. O CIP constatou que os dois furos existem e estão em funcionamento. A população mostra satisfação com a sua implantação. A observação do CIP é que os furos não se apresentam em boas condições: num observam-se rachas e escavações e no outro faltam alguns parafusos o que faz jorrar muita água no processo de uso, causando um desperdício enorme de água.

⁶ https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81gua_salobra#cite_note-7

1 furo em funcionamento 2020



1 furo em funcionamento 2018



Em 2020 iniciou a construção de um centro de saúde e de uma residência do pessoal (este último não elegível). A construção ainda está em curso observando-se uma boa qualidade na obra. A população mostra satisfação e ansiedade para usar a infraestrutura, contudo lamenta o facto de não estar prevista a vedação e não ter sanitários para o público.

1 centro de saúde em curso



1 residência do pessoal em curso



12. Nsembia

Em 2020 foi construído 1 furo de água. O CIP constatou que o furo está avariado, a água não sai muito bem. A água só sai às 10h e nem enche 1 balde. Observaram-se rachas em redor do furo. A população mostra insatisfação com a obra porque muitas vezes, ou quase todas, não pode contar com o furo para ter água.

1 furo avariado



Em 2020 foram construídas 3 salas de aulas e apetrechadas com 25 carteiras duplas cada, 6 cadeiras e 6 secretárias para professores, 1 bloco administrativo e 2 latrinas duplas. As infra-estruturas apresentam uma boa qualidade e a população está satisfeita com a implantação da escola naquele lugar. A obra já está pronta, mas ainda não está em uso pois não foi inaugurada.

1 bloco de 3 salas



sala com carteira



1 bloco administrativo



2 latrinas duplas



Tabela 1 Resumo dos Projectos dos 2,75% no distrito de Montepuez comunidade de Namanhumbir (2016-2020)

Ano	Projectos executados	Valor Estimado	Empresa Adjudicada	Local (aldeia)	Ponto de situação	Análise visual de qualidade dos projectos executados*	Mudanças económicas e sociais geradas
2016	Construção de 6 furos de água	2.746.458,00	Babadji Unidade Unipessoal	Namanhumbir Sede	Identificados apenas 3 furos - todos avariados	Sem qualidade. Observam-se rachas e escavações	Sem Mudanças. a comunidade não se está a beneficiar dos furos. Teve que voltar aos outros furos e poços tradicionais.
	Reabilitação de 18 furos de água	2.687.622,00	Betão Construções	Namanhumbir Sede	Sem evidências		
	Fiscalização de 18 furos de água	640.251,11	CSE Consultoria em Serviços de Engenharia	Namanhumbir Sede	Sem evidências		
2017	Construção de 2 salas de aulas apetrechadas com carteiras	2.267.243,87	Devis Construções	Namanhumbir Sede	Funcional e em bom estado	Tem qualidade	Criadas melhorias no processo de ensino e aprendizagem para cerca de 100 crianças
	Fiscalização de 2 salas de aulas	150.000,00	Deluz Consultores	Namanhumbir Sede	Sem evidências		
	Construção de 2 salas de aulas	2.363.777,85	Lopes Construções	Nanhupo	Funcional, mas em mau estado de conservação	Tem qualidade	Criadas melhorias no processo de ensino e aprendizagem para cerca de 100 crianças
	Construção de mercado em Nanhupo A	1.995.602,75	Ara Empreiteiros	Nanhupo	Em curso		
	Aquisição de combustível	237.232,62	Zulfical Abdul Carimo		Sem evidências		
	Fiscalização de 2 salas de aulas e mercado	280.553,38	Deluz Consultores	Nanhupo	Sem evidências		
2018	Construção de mercado	997.801,38	Ara Empreiteiros	Nanhupo	Nunca foi usado, mas esta em bom estado	Sem a devida qualidade: Rachas, a pintura está a descascar-se.	

	Construção de 3 salas de aulas	3.650.720,00	Devis Construções	Chimoio	Funciona e está em bom estado	Sem a devida qualidade: encontramos rachas em algumas paredes	Criadas as condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem para cerca de 150 alunos
	Construção de 3 salas de aulas	3.388.720,00	Consinfra Construtora e Infra-Estruturas	Mpuho	Funciona e em bom estado, apesar de não ter bloco administrativo	Sem a devida qualidade e não foram seguidos os padrões previsto pelo MINEDH	Criadas as condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem para cerca de 150 alunos
	Fornecimento de 250 carteiras, 10 cadeiras e 10 secretarias para professores	912.600,00	Mobiliários e serviços	Chimoio	Existem e em bom estado	Com qualidade	Professores deixaram de usar carteiras dos alunos como secretaria e cadeira nas salas de aulas e os alunos passaram a sentar-se em carteiras
		912.600,00		Mpuho	Existem e em bom estado	Com qualidade	
	Construção de 3 furos mecânicos de abastecimento de água potável	439.722,30	Babadji Unidade Unipessoal	Namanhumbir Sede	Furo funcional	Sem qualidade: rachas e escavações	As comunidade em destaque passam a beneficiar de água potável
		439.722,30		Nacimoja	Furo funcional		
		439.722,30		Namahaca	Furo funcional		
	Colocação de placas de betão armado nas escolas e furo de abastecimento de água	29.425,50	Mand Construções Lda	Sem localização	Sem evidências		
	Aquisição de 900 Kg de semente de Milho	136.167,06	M.C Morais Comer	Namanhumbir Sede	Sem evidências		
	Fiscalização de 3 furos mecânicos de abastecimento de água potável	474.259,50	Gajm Consultores Lda	Namanhumbir sede, Nacimoja e Namahaca			
	Fiscalização de 6 salas de aulas em Chimoio e Mpuho.	687.900,00	Rui Feliciano Afonso	Chimoio e Mpuho			
2019	Expansão da rede eléctrica e colocação de 1 PT	3.000.000,00		Chimoio	Funcional e em bom estado	Com qualidade: sem relatos de avarias ou cortes constantes	Parte da comunidade já tem energia eléctrica, embora não representativa (quantos mais ou menos ou que %
		3.000.000,00		Nacimoja			

		3.000.000,00		Nanune			não tem). A comunidade passa a contar com 3 PTs e uma expansão da rede eléctrica de 6 km
	Construção de 3 salas de aulas, 1 bloco administrativo e 2 latrinas duplas	6.250.000,00		Namomba	Funcional e em bom estado	Com qualidade	Criadas as condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.
		6.250.000,00		Nsembia	Funcional e em bom estado	Com qualidade	
	Construção de 2 aquedutos, 1 drift e reabilitação da estrada NC Ruby Mining - Mpene numa distancia de 9.5 km e 9 m de largura	2.400.000,00		Mpene	Existe e em uso	Sem a devida qualidade (via de difícil acesso, trepidações ou sem nivelção).	Melhoria das condições mínimas de transitabilidade entre a aldeia de Mpene com a Sede do Posto Administrativo. A comunidade passa a beneficiar-se de mais uma via de acesso.
2020	Construção de 1 centro de saúde com a respectiva Residência	8.000.000,00	Em curso	Namahaca	Obras em curso	Com qualidade (pese embora não tenha sido incluída a construção dum sanitário para os pacientes)	
	Construção de um mini sistema de abastecimento de água potável	2.950.000,00	COGESA-Águas de Montepuez	Nanune	Avariado	Sem qualidade	
	Abertura de 5 furos de água	500.000,00	COBO Lda	Ujama	em funcionamento	com qualidade	Aumento das fontes de abastecimento de água potável na comunidade
		500.000,00		Namomba	em funcionamento	com qualidade	
		500.000,00		Namahaca	em funcionamento	com qualidade	
		500.000,00		Mpupene	A população nunca o usou	sem qualidade	
		500.000,00		Nsembia	Avariado	sem qualidade	
	Aquisição de 1 tractor agrícola, alfaias e atrelado	3.000.000,00	Casa do Agricultor	Namanhumbir Sede	Funciona, mas a população nunca o usou	Com qualidade	
	480.000,00		Namomba	Existem e em bom estado	Com qualidade		

	Aquisição de 150 carteiras escolares duplas, 12 cadeiras e 12 secretarias	480.000,00	ML Fornecedor de Bens, Prestação de Serviços Sociedade Unipessoal	Nsembia	Existem e em bom estado	Com qualidade	criadas as condições mínimas para o processo de ensino e aprendizagem
	Fiscalização das obras de abertura de 5 furos de água e construção de um mini sistema de abastecimento de água potável	540.000,00	N2K CONSULT, Estudo de Projecto, Limitada	Ujama, Namomba, Namahaca, Mpupene, e Nsembia	Sem evidências		
	Fiscalização de 1 centro de saúde	800.000,00	Em curso	Namahaca	Sem evidências		
Total		68.528.101,92					

3.2 Análise dos projectos dos 2,75% da Comunidade de Topuito, distrito de Larde, Província de Nampula

Comunidades de Angoche nunca se beneficiaram dos 2,75% apesar do pagamento do imposto pelas empresas

A província de Nampula detém areias pesadas no distrito de Moma extraídas pela Kenmare Resources plc e areias pesadas de Angoche onde opera a Empresa Haiyu Mining Company, uma *joint venture* entre as empresas África Great Wall Mining Development Co. Lda, e a Hainan Haiyu Mining Co., Ltd.

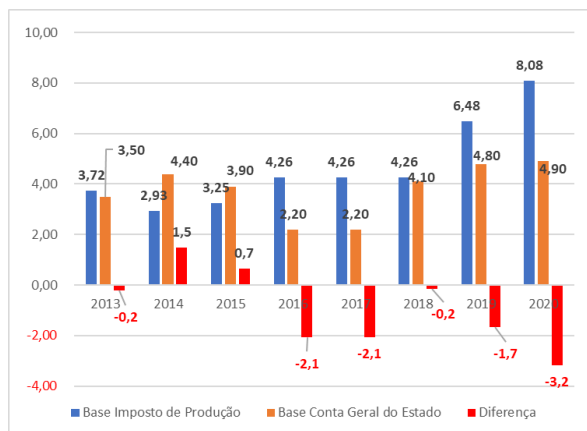
Os dados da Conta Geral do Estado de 2013-2020 mostram que foi transferido para a comunidade de Topuito, distrito de Larde, o valor global de 30 milhões de meticais no âmbito dos 2,75%. Este valor representa uma diferença de menos 1,5 milhões de meticais do valor que efectivamente deveria ter sido canalizado, considerando o imposto de produção pago pela empresa Kenmare que opera nesta comunidade e reportado nos relatórios da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE).

Em relação ao distrito de Angoche verifica-se, pelos documentos da CGE, que nunca foi transferido qualquer valor para as suas comunidades o que significa que estas comunidades estão sendo lesadas desde 2013 em cerca de 5,7 milhões de meticais

Neste sentido, verifica-se que desde 2013, as comunidades de Larde e Angoche foram lesadas em 7,2 milhões de meticais sendo que a maior diferença dos valores transferidos e os que efectivamente deveriam ter sido transferidos verificam-se no ano de 2020, cerca de 3,2 milhões de meticais. Ver gráfico 5 abaixo.

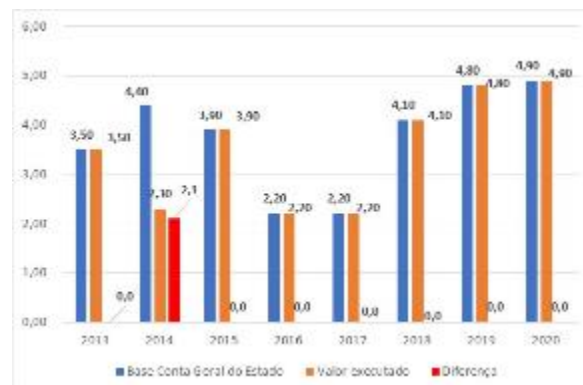
Em termos de execução, os dados da CGE mostram que do valor transferido pelo MEF foi executado em 93%, o correspondente a 27,9 milhões, o que representa um nível de execução que se pode considerar satisfatório. Ver gráfico 6 abaixo.

Gráfico 5: Valores transferidos a comunidade de Larde e Angoche entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT)



Fonte: CGE (vários anos) e relatórios da ITIE (vários anos)

Gráfico 6: Execução dos valores transferidos a comunidade de Larde e Angoche entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT)



Fonte: CGE (vários anos) e relatórios de execução dos projectos

Sectores chave na gestão dos 2,75% sem informações bases do funcionamento

No intuito de aferir o nível de conhecimento e apropriação do processo de gestão dos 2,75% pelo Governo local, comunidades e actores, foram realizados encontros com diferentes actores chaves nomeadamente: o Governo Provincial, Governo Distrital, Sociedade Civil Distrital, Comunidades e Empresas.

No encontro com o Governo Provincial, através dos Serviços Provinciais de Infra-Estruturas, de Nampula (Departamento de Recursos Minerais), representado pelo respectivo chefe do departamento, o Sr. Fila Raimundo Lázaro, a equipa do CIP constatou que o chefe do departamento não tinha informações sobre o processo, tendo prometido partilhar um relatório ilustrativo de todas as informações sobre os benefícios às comunidades das zonas de mineração de Angoche, Moma e Larde (até a data da elaboração do presente relatório a informação não foi partilhada). Igualmente, orientou a equipa do CIP a solicitar informações a Unidade de Grandes Contribuintes de Nampula (UGC) onde se poderia colher mais informações em relação à canalização dos fundos para os distritos visados.

Não obstante a equipa ter procedido conforme recomendado, a UGC respondeu nos seguintes termos:

“...a UGC de Nampula tem a competência de cobrar impostos e canalizar à CUT-Conta Única do Tesouro-sendo, a responsabilidade de alocação dos fundos aos Governos Distritais, reservada aos Serviços Provinciais de Economia e Finanças...” Carta em anexo

Esta resposta mostra um desconhecimento por parte desta unidade em relação aos valores do imposto de produção cobrado às empresas (base de cálculo dos 2,75%) e muito menos dos montantes canalizados às

comunidades. Outro aspecto que se pode retirar desta resposta é a de que o sector responsável pelos recursos naturais na província não sabe quem deve prestar informações sobre os valores canalizados às comunidades.

O CIP manteve encontros separados com as Secretarias Distritais de Actividades Económicas (SDAE), Departamentos de Planificação do Governo dos Distritos e Secretários Permanentes com o objecto de perceber o nível de conhecimento sobre os 2.75%. Nestes encontros, o Governo não abordou, de forma aprofundada, sobre os 2.75%, tendo considerado como uma matéria sensível e que é da responsabilidade do Governo Provincial ou Central. Aliás, o Governo não tem uma explicação de quando os fundos são alocados, muito menos dos critérios para a sua utilização ao nível das comunidades. Este posicionamento contrasta com a falta de informação demonstrada pelo Governo provincial quando abordado o mesmo assunto, mostrando um completo desalinhamento entre o vários níveis de governação na província. Esta desarticulação é agravada pelo facto dos Governos distritais considerarem uma matéria de tratamento sensível contrariando a transparência que deve caracterizar este processo.

A nível dos dois Distritos é notável a implementação dos projectos dos Planos Estratégicos da Responsabilidade Social e Económica (PERSE) nas comunidades circunvizinhas das áreas de mineração e não dos projectos provenientes dos fundos de 2,75%. Os PERSE são actualizados com regularidade e são do domínio de todos os membros do Governo. No nosso entender isto deveria ser igual para o fundo proveniente dos 2.75%.

No encontro mantido com a nível dos escritórios da Haiyu Mining Company com representantes do Departamento Comunitário, foi dito pela empresa que a mesma tem pago com regularidade os seus impostos e tem desenvolvido os projectos previstos no Plano Estratégico da Responsabilidade Social e Económica (PERSE), ao nível das comunidades, em coordenação com o Governo Distrital, Sociedade Civil e as próprias comunidades. Em relação ao pagamento dos impostos, é possível confirmar, através dos vários relatórios da ITIE que atestam tanto do lado do Governo como do lado da empresa, este facto. Em relação aos projectos previstos no PERSE, a empresa mostrou alguns projectos desenvolvidos e outros em curso no período de 2017-2020. No entanto, estes projectos não são o objecto desta análise daí não constarem neste relatório.

Para além dos encontros com Governo e empresa, a equipe do CIP manteve encontros com a Plataforma Distrital das Organizações da Sociedade Civil de Angoche para colher subsídios sobre o conhecimento da existência, alocação e aplicação dos fundos de 2.75% nas comunidades abrangidas pela mineração. Tal como aconteceu com os Governos Distritais, o presidente da Plataforma Distrital das Organizações da Sociedade Civil de Angoche (Sr. Raul Abacar) disse ser uma matéria de difícil esclarecimento visto que desde o início da actividade mineira naquele distrito nunca houve informação sobre a existência e alocação dos fundos provenientes dos 2.75%.

Por outro lado, disse não haver muita transparência na partilha de informações de género a todos os níveis do Governo. A título de exemplo, o Governo publicou um edital-orçamento cidadão do Ministério da Economia e Finanças (10ª Edição) - onde aparece pela primeira vez a percentagem do 2.75% para o ano de 2020 para o distrito de Angoche, mais ainda não há clareza de quando vai chegar o dinheiro porque foi publicado apenas o ano de 2020 e não se sabe quando serão publicados ou anunciados os restantes anos anteriores (2013 a 2019).

A nível das comunidades, nos encontros realizados com os membros dos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRNs) e líderes das comunidades abrangidas pela mineração, foi possível aferir que as comunidades têm conhecimento da existência dos 2,75% mas nunca receberam e nem sabem por onde os fundos andam. Razão pela qual não existem projectos desenvolvidos neste âmbito. A comunidade também afirma que o governo tem agido de forma unilateral sem consulta, uma vez que há certas acções que são desenvolvidas sem o consentimento das comunidades, não há encontros de coordenação e de prestação de contas com regularidade.

As comunidades demonstraram conhecimento em relação aos projectos do PERSE e dizem estar satisfeitos com as infraestruturas construídas no âmbito dos PERSE. Para as comunidades, estas infraestruturas trazem melhorias do nível de vida das famílias, embora ainda não sejam abrangentes.

Análise física dos projectos por Distrito

1. Distrito de Larde

Com a nova divisão administrativa, em vigor desde 2014, as comunidades de Topuito que estavam sob jurisdição do distrito de Moma passaram a integrar o Distrito de Larde. Neste contexto, a KENMARE passou a operar administrativamente em dois distritos: Moma e Larde.

Os dados das CGE apresentam valores transferidos ao distrito de Larde no âmbito dos 2,75% desde o ano de 2013. Dos encontros realizados, não foi possível obter dados sobre os fundos de alocação e aplicação provenientes dos 2,75% nas comunidades abrangidas pela mineração a nível das comunidade, Governo do Distrito e da Província, uma vez que alegam ser da responsabilidade do Tesouro Central partilhar esta informação.

A pouca informação partilhada sobre a aplicação dos fundos provenientes dos 2.75%, de 2013 e 2014, fornecida pelo Governo distrital de Moma difere significativamente da informação do Governo de Larde, assim como da própria comunidade. As divergências centram-se no arrolamento dos projectos realizados, indicação dos valores alocados pelo Governo, níveis de coordenação na gestão dos fundos, entre outros.

Na pouca informação facultada pelo Governo de Moma, o valor alocado nos anos de 2013 e 2014 foi aplicado na construção da Secretaria da localidade e na montagem de um Centro Emissor da Televisão de Moçambique (TVM) em Topuito, no melhoramento da Secretaria distrital bem como na construção da segunda fase da Sala de Conferências do distrito.

Na verdade, ao nível das comunidades não existem projectos implantados ou a serem implantados, no âmbito dos 2.75%, mas sim dos projectos do Plano da Responsabilidade Social e Económica (PRSE). A comunidade diz não ter conhecimento da existência destes fundos e mesmo nos anos de 2013 e 2014, em

que alegadamente houve desembolso não houve clareza quanto ao valor, projectos planificados e realizados uma vez que a planificação e a gestão foram totalmente feitas pelo Governo, violando assim o preconizado na Circular número 01/MPD-MF/2013. Alias, a própria Circular 01/MPD-MF/2013 já traz lacunas pois impõe à comunidade as prioridades e os limites de aplicação dos fundos.

Não havendo clareza sobre a aplicação dos fundos provenientes dos 2.75%, não foi possível fazer-se uma análise aprofundada sobre o nível de satisfação das comunidades, a qualidade, relevância, abrangência e inclusão social dos projectos nos dois distritos: Larde e Moma. Existe, sim, uma grande insatisfação das comunidades por falta da aplicação dos fundos provenientes dos 2.75%, e, mais do que isso, a falta de clareza sobre onde estes fundos foram parar.

Este facto é substanciado pela falta de transparência por parte do Governo a todos os níveis. Alias, os Governos distritais distanciam-se em falar dos 2.75%. Segundo eles, trata-se de uma matéria muito sensível e não têm legitimidade em abordá-lo diante dos parceiros. Outrossim, as empresas também se fecham em partilhar documentos que evidenciam a canalização dos fundos ao Governo.

2. Distrito de Angoche

Feitos os encontros a diferentes níveis, acima destacados, constatou-se que apesar dos relatórios da ITIE mostrarem que existem pagamentos de impostos de produção da empresa Haiyu Mining Company, que opera naquele distrito, nunca houve qualquer transferência para as comunidades do distrito de Angoche. No entanto, neste distrito existem vários projectos no âmbito do PERSE que se podem confundir, em algum momento, com as actividades dos 2,75%.

Questionado o Governo do distrito e da província sobre a razão da não previsão dos desembolsos dos fundos provenientes do imposto de produção para o distrito de Angoche uma vez que a empresa explora areias pesadas desde em 2010, e afirma pagar com regularidade os seus impostos, não houve uma resposta concreta a todos os níveis. Os governantes limitaram-se a transferir as responsabilidades ao Governo Central.

3.3 Análise dos projectos dos 2,75% da Comunidade de Moatize e Marara, Província de Tete⁷

Mais de 28 milhões de MT não foram canalizados pelo Ministério de Economia e Finanças para as Comunidades de Moatize e Marara, entre 2013-2020

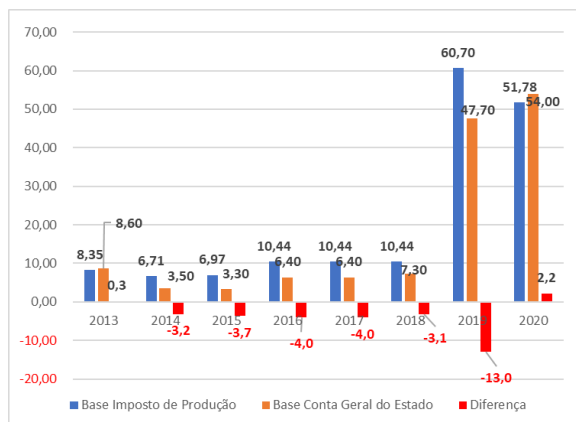
Os dados da Conta Geral do Estado de 2013-2020 mostram que foi transferido, às Comunidades de Moatize e Marara, o valor global de 137,20 milhões de meticais, no âmbito dos 2,75%. Este valor representa uma diferença de menos 28,6 milhões de meticais do valor que efectivamente deveria ter sido canalizado, considerando o imposto de produção pago pelas empresas extractivas que operam nestas comunidades, e reportado nos relatórios da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE). Segundo os dados apurados, a maior diferença dos valores transferidos e os que efectivamente deveriam ter sido transferidos verifica-se no ano de 2019, cerca de 13 milhões de meticais. Ver gráfico 7 abaixo.

Em termos de execução, os dados compilados dos projectos executados mostram que o valor transferido pelo MEF, foi executado em 99,9%, o correspondente a 137,05 milhões, o que representa um nível de execução que se pode considerar satisfatório. Ver gráfico 8 abaixo.

Segundo se apurou em Marara, os valores transferidos pelo MEF, relativo aos 2,75%, sofrem um cativo de 10% que geralmente é liberto em Dezembro quando as regras de execução orçamental já não permitem a sua execução. Isto significa que efectivamente, dos valores que o MEF transfere em cada ano, apenas 90% ficam disponíveis para aplicação em projectos de desenvolvimento da comunidade. Por exemplo, em 2019, a informação de Marara mostra que o valor cativo de 345.875,00MT, que foi liberto em Dezembro do mesmo ano, foi acrescido à transferência de 2020 que também sofreu um cativo liberto em Dezembro deste ano. A falta de detalhes sobre a base de cálculo dos valores que o MEF transfere em cada ano, abre espaço para o desvio de fundos para outros fins que não sejam os definidos na circular dos 2,75%.

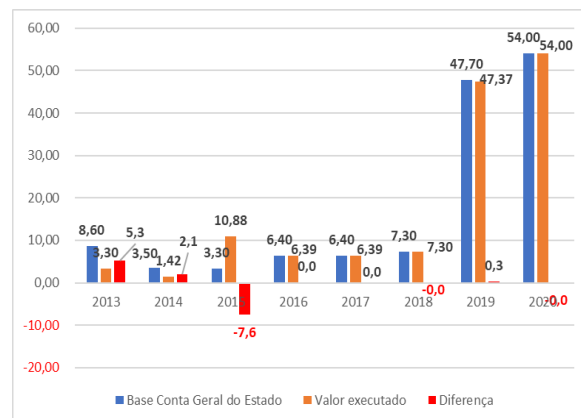
⁷ Ver tabela 2 e 3

Gráfico 7: Valores transferidos a comunidade de Moatize e Marara entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT)



Fonte: CGE (vários anos) e relatórios da ITIE (vários anos)

Gráfico 8: Execução dos valores transferidos a comunidade de Moatize e Marara entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT)



Fonte: CGE (vários anos) e relatórios de execução dos projectos

Há necessidade de melhorar o envolvimento da comunidade

Nos distritos de Moatize e Marara foram entrevistados 88 residentes para se ter a ideia do nível de conhecimento e de envolvimento na definição das prioridades na alocação destes fundos. Dos entrevistados, 18% disseram que não tinham conhecimento da sua existência e 31% que não sabem de algum empreendimento construído por estes fundos. Dos entrevistados, 41 foram homens e 47 foram mulheres.

Em Benga, por exemplo, segundo as entrevistas efectuadas, a maioria dos membros da comunidade apenas passou a ter conhecimento dos 2,75% no ano de 2018, apesar do processo ter iniciado em 2013 e, isso só ocorreu no momento em que o valor foi aplicado para a compra de 150 chapas de Zinco para a comunidade. A comunidade queixa – se de falta de poder na tomada de decisão em relação à gestão dos fundos, apelando que estes passem por uma gestão local. Apontaram o desemprego nos jovens, falta de maternidade e de pessoal de saúde, falta de fornecimento de água potável nas residências como as principais necessidades que, no entanto, não são priorizadas pelas autoridades que tomam a decisão.

Entre os anos de 2013 e 2015, os fundo dos 2,75% beneficiaram comunidades não abrangidas

Foi apurado, no distrito de Moatize, que a circular sobre os critérios a observar na implementação de projectos financiados por receitas de exploração mineiras e petrolíferas canalizadas às Comunidades, apesar de aprovada em 2013, a sua aplicação iniciou no ano de 2016. Apurou-se que, entre 2013 e 2015, não era usada a circular como base de gestão dos 2,75%, facto que fez com que os fundos fossem aplicados em

projectos nas zonas não beneficiárias, contrariando o que está na circular. Neste período, verifica-se a aquisição de carteiras para as localidades de Cambulatsitsi, Necungas, Mphanzu, etc enquanto, as comunidades beneficiárias são as do Bairro 25 de Setembro, Chipanga II, Cateme e Benga.

Analise física dos projectos por Distrito⁸

1. Moatize

Segundo a CGE, as comunidades beneficiárias no distrito de Moatize são as do Bairro 25 de Setembro, Chipanga II, Cateme e Benga.

1.1 *Comunidade 25 de Setembro*

Nesta comunidade, foi visitada a casa mãe espera no Centro de Saúde da Carbomoc. A infraestrutura foi construída no ano de 2014 tendo-se verificado que o empreendimento não está a ser usado de acordo com os objectivos preconizados para o efeito e, segundo depoimentos do médico chefe, isso se deve ao facto de a comunidade estar em zona urbana o que originou a não aderência às instalações construídas. Ainda segundo o médico chefe, as mulheres preferem aguardar a hora do parto nas suas residências. Por este motivo, a infraestrutura não foi usada para os objectivos para os quais foi construída e, por necessidade, o equipamento lá existente foi direccionado para atender a outras áreas, nomeadamente a área de tuberculose, e as camas foram usadas para pacientes com casos positivos da Covid -19.

Casa mãe espera



Foi visitado, também na mesma comunidade, o Centro de Saúde dos CFM que beneficiou de obras de reabilitação em 2013, nomeadamente: construção de murro de vedação e pintura do empreendimento. Em

⁸ Ver tabela 2 e 3

relação a este projecto, a comunidade queixa-se da falta de electrificação e de abastecimento de água nesta unidade sanitária.

Centro de saúde de CFM



Murro de vedação



Em 2019, a comunidade 25 de Setembro beneficiou de pavimentação de estradas que se encontram no centro da cidade de Moatize. Segundo a análise visual feita, a estrada apresenta qualidade e está a servir para melhorar as condições de transitabilidade entre os bairro da Cidade de Moatize.

pavimentação de estrada



1.2 Comunidade de Chipanga II

Chipanga II é a zona para onde a empresa Vale Moçambique reassentou as comunidade que ocupavam os espaços do seu interesse em Moatize. Nesta comunidade, no âmbito dos 2,75% foram construídas as seguintes infra-estruturas:

Em 2019 foram construídas 3 fontenárias de água. A principio foi acordado com a comunidade a construção de bombas de água, mas no hora da execução a empresa construiu fontes de água através das torneiras com água canalizada pela FIPAG, o que dificulta, muitas vezes, a comunidade, de ter o preciosa liquido quando há problemas de corte de água pela FIPAG.

Fonte água



Fonte de água



Fonte de abastecimento



Ainda em 2019 foram construídas 3 salas de aulas e um bloco administrativo. Na verificação física foi constatado que a obra não tem a devida qualidade. Foram encontradas rachas em algumas paredes, falta da instalação eléctrica e de electrificação em todas as salas e bloco administrativo.

3 Salas de aulas



Bloco Administrativo



Interior da sala com carteiras



1.3 Comunidade de Benga

Na comunidade de Benga foram visitados: um bloco de salas de aulas e duas latrinas duplas, construídas em 2020, um sistema de abastecimento de água, construído em 2019, e chapas que foram usadas para a cobertura do posto administrativo da localidade em 2018.

O bloco constituído por três salas de aulas ainda não foi entregue oficialmente à comunidade, porém este apresenta rachas, trica e fissuras nas paredes, nas portas e algumas janelas encontram - se danificadas. A comunidade queixa - se das condições em que o bloco se encontra e lamenta o facto de este ter sido construído por um empreiteiro desconhecido pela comunidade que pode ter optado pelo uso de material de fraca qualidade.

3 salas de aulas



No sistema de abastecimento de água, a bomba lá existente fornece água salubre que torna difícil o consumo por parte da população o que a leva a consumir a água proveniente de uma empresa mineira. Em outros casos, recorre ao rio Zambeze o que acresce os casos de mortalidade por ataque de crocodilos naquela comunidade.

sistema de abastecimento de água



Quanto as 175 chapas de zinco, a equipa de pesquisa foi informada de que as mesmas foram utilizadas para a cobertura do posto administrativo de Benga Sede. No entanto, pelo tamanho do posto administrativo e

contagem, verifica-se que menos de 20% foram usadas para cobertura e não se tem informação sobre as restantes. Observa-se também que algumas chapas estão em estado obsoleto, apresentado furos.

Chapas de zinco posto administrativo



1.4 Cateme

Na localidade de Cateme foram visitados: a estrada, em processo de pavimentação, e a represa aprovada. A comunidade queixa-se da morosidade no término da obra de pavimentação da via principal que, desde o seu início no ano de 2017, ainda não foi concluída. Este facto dificulta a alocação de fundos para outros fins, como a criação de um centro de formação para jovens, o que poderia diminuir os casos de roubos na comunidade, actividades de geração de renda, contratação do pessoal de saúde, aumento de fármacos no centro de saúde e electrificação nas vias de acesso.

Estrada em pavimentação



A represa, construída no ano de 2016, não apresenta condições para o cumprimento da sua finalidade que é de manter a água no local indicado. No momento da visita, o local encontrava-se totalmente seco.

Represa construída



2. Marara

Segundo a CGE, a comunidade beneficiária no distrito de Marara é a da localidade do posto administrativo de Marara.

De modo geral constatou-se que os fundos desembolsados não beneficiam as comunidades reassentadas de Marara e a justificação encontrada foi a de que o valor recebido não é suficiente para atender aos pedidos dessa comunidade. Por exemplo, a comunidade reassentada solicitou a abertura de uma bomba de água e o governo local achou pertinente usar o valor para as comunidades próximas e não apenas a comunidade reassentada. As comunidades que se beneficiaram, no distrito de Marara, foram as de Chirodzi e Nhatsango.

2.1 Chirodzi

Na localidade de Chirodzi visitou-se: uma fonte de água, construída em 2020, e um bloco de duas salas de aulas e latrinas duplas, construídas em 2019. A fonte de abastecimento de água está a contribuir para o abastecimento de água que era um problema há vários anos dado que a região possui um clima quente e seco e no tempo quente todos os rios e riachos ficam sem água para o consumo humano e dos animais. Esta fontenária, de acordo com o líder comunitário, não chega para toda a comunidade. Continua a haver problemas de água.

Bloco de sala de saula



Fonte de de água



2.2 Nhatsango

Na localidade de Nhatsango – ponte, foram visitadas duas fontes de água, construídas em 2020. Das fontes visitadas, verificou-se que uma delas fornece água salubre e por esta via não está em funcionamento. A outra, está em perfeitas condições de funcionamento.

Bomba de agua não funcional



Bomba de agua funcional



3. Projectos sem evidências

Para além dos projectos alistados acima, nos documentos de gestão dos 2,75% foi identificado um leque de 18 projectos, de um total de 58 dos quais não se encontraram evidências da sua efectivação. Estes projectos estão estimados em cerca de 17,98 milhões de meticais, cerca de 13% do valor total alocado à província. Um elemento comum nos projectos sem evidências é o facto dos mesmos terem sido destinados para locais não abrangidos, segundo os critérios de afectação dos 2,75%. Ver detalhes na tabela 1 e 2.

Tabela 2 *Quadro Resumo dos Projectos dos 2,75% do Distrito de Moatize entre 2013-2020*

Ano	Projectos executados	Valor Estimado	Empresa Adjudicada	Local (aldeia)	Ponto de situação	Análise visual de qualidade dos projectos executados*	Mudanças económicas e sociais geradas
2013	Reabilitação da Escola Secundária Heróis Moçambicanos-Cidade de Moatize	500.000,00	Pura Construções e Serviços	Cidade de Moatize	existe e em uso	sem qualidade	Diminui o rácio de professor e alunos e a escola passou a receber diversos alunos vindos de outros distritos da província de Tete.
	Construção da casa mãe espera-Centro de Saúde de Carbomoc	1.600.000,00	Ajuda e Filho Construções	Cidade de Moatize	Existe mais não está em funcionamento	Com qualidade	Sem Mudanças para a comunidades, porque o centro de saúde, recebe somente as mães que vivem ao redor da Cidade de Moatize, actualmente a casa mãe espera é usada para atendimento de consultas de tuberculose.
	Reabilitação do Centro de Saúde dos CFM-Cidade de Moatize	899.430,00	CT Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	O Centro de Saúde passou a atender 24 horas por dia aos utentes e alargou mais serviços, para melhoria da qualidade de vida das comunidades.
	Construção de fontes de água-Necungas e Benga	1.792.000,00	EICOCIN	Necungas	Sem evidências		

				Benga	Sem evidências		
	Reabilitação de EPC Cateme	500.000,00	Super Construções	Cateme	Sem evidências		
	Projectos de Geração de renda-Cidade de Moatize	3.666.277,39		Cidade de Moatize	Sem evidências		
2014	Reabilitação de Centro de Saúde de CFM-Cidade de Moatize	553.973,95	CT Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	O Centro de Saúde passou a atender 24 horas por dia, aos utentes, e alargou mais serviços, para melhoria da qualidade de vida das comunidades.
	Construção da casa mãe espera-Localidade de Kambulatsitsi	585.653,15	Ajuda e Filho Construções	Kambulatsitsi	Sem evidências		
	Construção de fontes-Povoado de Nhambalualu	500.000,00	Marju-Construções	Nhambalualu	Sem evidências		
	Reabilitação da escola Secundária Heroís Moçambicano-Cidade de Moatize	844.067,53	Pura Construções e Serviços	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	Diminui o rácio de professor e alunos e a escola passou a receber diversos alunos vindos de outros distritos da província de Tete.
	Carteiras Escolares Duplas-EPC de Cateme	1.041.171,53		Cateme	existe e em uso	Obsoletas	Criadas as condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem alunos

	Reabilitação da Estrada do Bairro 25 de Setembro-Cidade de Moatize	650.000,00	Achawa Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	Melhoria das condições mínimas de transitabilidade entre os bairros da Cidade de Moatize. A comunidade passa a se beneficiar de mais uma via de acesso.
2015	Construção de Sala de Aulas-ESH. Moçambicano-Cidade de Moatize	1.600.647,47	Pura Construções e Serviços	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	Diminui o rácio de professor e alunos e a escola passou a receber diversos alunos vindos de outros distritos da província de Tete.
	Reabilitação de EPC-Cateme	346.782,53	Super Construções	Cateme	Sem evidências		
	Construção de Casa mãe espera-Centro de Saúde de Carmbomoc-Cidade de Moatize	1.642.082,20	Ajuda e Filho Construções	Cidade de Moatize	Existe mais não está em funcional	Com qualidade	Sem Mudanças para as comunidades, porque o centro de saúde, recebe somente as mães que vivem ao redor da Cidade de Moatize. Actualmente a casa mãe espera é usada para atendimento de consultas de tuberculose.
	Reabilitação de estrada-Cidade de Moatize	650.000,00	ALM Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	Melhoria das condições mínimas de transitabilidade entre os bairros da Cidade de Moatize. A comunidade passa a beneficiar-se de mais uma via de acesso.

	Reabilitação do Centro de Saúde de CFM-Cidade de Moatize	1.195.000,00	CT Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	O Centro de Saúde passou a atender 24 horas por dia aos utentes e alargou mais serviços para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.
	Apetrechamento Casa mãe espera-Centro de Saúde de Carbomoc-Cidade de Moatize	2.202.690,60	Choa Investimentos	Cidade de Moatize	existe e em uso	Os móveis estão sendo usados nas enfermarias para doentes	Sem Mudanças para as comunidades porque os móveis adquiridos foram alocado às enfermeiras do Centro de Saúde da Carbomoc.
	Carteiras escolares duplas	3.259.710,00			existe e em uso	Com qualidade	criadas as condições mínimas para o processo de ensino e aprendizagem
2016	250 Carteiras escolares duplas - 50 EP1 de Cancope, 80 EPC de Mitsanha, 25 EPC de Catsanha e 60 EPC de Djege e 4 Secretárias e respectivas cadeiras	3.600.000,00	Choa Investimentos	Cancope	Sem evidências		
				Mitsanha	Sem evidências		
				Catsanha	Sem evidências		
				Djege	Sem evidências		
	1 Furo de abastecimento de água no povoado de Benga	530.562,30	Marju-Construções	Benga	Sem evidências		

	1 Pequeno sistema de abastecimento de água no bairro Nhanchere-Cidade de Moatize	890.065,13	JB Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	As comunidades do bairro Nhanchere deixaram de percorrer longos quilómetros para ter acesso à água. As crianças não faltam mais às aulas e as mulheres têm mais tempo para exercer outras actividades de sustento familiar.
	Construção de 1 Represa no povoado de Cateme	1.261.787,20	Marju- Construções	Cateme	Existe mais não está em funcional	Sem qualidade, a represa não retém água	As comunidades continuam a ter problemas para dar de beber aos animais e ter água para regar as pequenas hortas caseiras porque a represa não retém água
2017	250 Carteiras escolas duplas e 10 secretárias e respectivas cadeiras-50 EP de Khondo, 50 EPC de Waenera, 75 EPC de Situavua, 50 EPC de Kaphirizanje e 25 EP1 de Thóndue	3.829.880,00	KKK Investimentos	Khondo	Sem evidências		
				Waenera	Sem evidências		
				Situavua	Sem evidências		
				Kaphirizanje	Sem evidências		
				Thóndue	Sem evidências		

	4 Furos de abastecimento de água para povoados de Benga e Cangala	2.561.990,00	Marju- Construções	Benga	existe e em uso	Com qualidade	Com os furos construídos, o Centro de Saúde de Benga, a Escola Primária Completa passaram a ter água canalizada, as comunidades deixaram de ir ao rio Zambeze buscar água para o uso doméstico, correndo grandes perigos de vida, devido a crocodilos.
				Cangala	existe e em uso	Com qualidade	Aumento das fontes de abastecimento de água potável na comunidade
2018	Construção de 3 salas de aulas, Bloco administrativo e 2 latrinas-Reassentamento de 25 de Setembro	4.314.530,00	TOP-Construções	25 de Setembro	existe e em uso	Sem a devida qualidade: encontramos rachas em algumas paredes	Criadas as condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem para cerca de 250 alunos, além de reduzir custos para as comunidades, porque os alunos deveriam ir a Cidade de Moatize frequentar a 10ª Classe.
	Melhoramento Localizado da Via Principal de 10 Km no Povoado de Cateme	2.629.060,00	Khembo- Construções	Cateme	Sem evidências		
	175 Chapas de Zinco IBR 050 mm para Povoado de Benga	350.000,00	Casa Gito	Benga	existe e em uso	Algumas chapas estão em estado obsoleto, apresentado furos	Melhoradas as condições de atendimento às comunidades na sede de posto administrativo.

2019	Pavimentação da estrada Cruz EN7(Casa Bota-Estação dos CFM; Cruz EN7) Extensão até 1 km-Cidade de Moatize	13.704.912,53	ALM Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	Melhoria das condições mínimas de transitabilidade entre os bairros da Cidade de Moatize. A comunidade passa a beneficiar-se de mais uma via de acesso.
	Pavimentação da Rua Principal no Povoado de Cateme numa Extensão até 1 Km	13.648.719,60	Marju-Construções	Cateme	existe e em uso	Com qualidade	Melhoria das condições mínimas de transitabilidade na comunidade de Cateme. A comunidade passa a beneficiar-se de mais uma via de acesso., permitindo assim o transporte de pessoas e bens para mercados da Cidade de Moatize.
	Construção de 1 pequeno Sistema de abastecimento de água no povoado de Benga	3.061.071,00	Nfigo Construções	Benga	existe e em uso	Com qualidade e funcional	As comunidade em destaque passam a beneficiar de água potável
	Construção de 3 Fontenárias na Sede do Bairro 25 de Setembro(Reassentamento)-Cidade de Moatize	1.748.350,40	Electro Zambeze Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade	As comunidade em destaque passam a beneficiar de água potável
	Construção de 1 Murro de Vedação da Escola do Bairro 25 de Setembro(Reassentamento)-Cidade de Moatize	3.219.821,16	Nfigo Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Sem a devida qualidade: encontramos rachas em algumas paredes	Criadas condições de segurança dentro do recinto escolar.

	Montagem de 1 Posto de Transformação de Energia no Bairro 25 de Setembro(Reassentamento)-Cidade de Moatize	3.377.328,00	Electro Executiva Moatize SU, Lda	Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade e funcional	Parte da comunidade já tem energia eléctrica, embora não representativa (quantos mais ou menos ou que % não tem). A comunidade passa a contar com 2 PTs e uma expansão da rede eléctrica de 3 km
	Construção de 3 Salas de aulas, Bloco Administrativo e 2 Latrinas no Bairro 25 de Setembro(Reassentamento)-Cidade de Moatize	5.264.294,59	TOP-Construções	Cidade de Moatize	existe e em uso	Sem a devida qualidade: encontramos rachas em algumas paredes	Criadas as condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, reduzindo as distâncias percorridas pelas crianças ate a EPC Mutarara-Moatize
2020	Construção de Pavimento em pavês na estrada não classificada no troço EN7-Cateme	13.410.670,94	Marju-Construções	Cateme	Obra em curso	Com qualidade	Melhoria das condições mínimas de transitabilidade na comunidade de Cateme. A comunidade passa a beneficiar-se de mais uma via de acesso, permitindo assim o transporte de pessoas e bens para mercados da Cidade de Moatize.
	Construção de pavimento em pavês no troço de 695 metros-Retunda/CFM/BCI-Bairro Bagamoio/25 de Setembro-Cidade de Moatize	11.715.944,41	Construções África	Bagamoio	existe e em uso	Com qualidade	Melhoria das condições mínimas de transitabilidade na comunidade de Cateme. A comunidade passa a beneficiar-se de mais uma via de acesso, permitindo assim o transporte de pessoas e bens para mercados da Cidade de Moatize.
				25 de Setembro	existe e em uso	Com qualidade	
Cidade de Moatize	existe e em uso	Com qualidade					

<p>Construção de pavimento em pavês de um troço de 1000 metros-Cemitério/Centro de Saúde de Chipanga no bairro Chipanga</p>	<p>13.065.062,41</p>	<p>ALM Construções</p>	<p>Chipanga</p>	<p>existe e em uso</p>	<p>Com qualidade</p>	<p>Melhoria das condições mínimas de transitabilidade na comunidade de Cateme. A comunidade passa a beneficiar -se de mais uma via de acesso, permitindo assim o transporte de pessoas e bens para mercados da Cidade de Moatize, além de garantir uma boa transferência de utentes até ao Centro de Saúde de Carbomoc.</p>
<p>Construção de 3 Salas de aulas e 2 latrinas duplas na localidade de Benga</p>	<p>5.893.043,31</p>	<p>TOP-Construções</p>	<p>Benga</p>	<p>existe e em uso</p>	<p>Sem a devida qualidade: encontramos rachas em algumas paredes</p>	<p>Criadas as condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, reduzindo as distâncias percorridas pelas crianças até a ESH Moçambicano de Moatize</p>
<p>Total</p>	<p>132.106.579,33</p>					

Tabela 3: Projectos dos 2,75% do Distrito de Marara entre 2013-2020

Ano	Projectos executados	Valor Estimado	Empresa Adjudicada	Local (aldeia)	Ponto de situação	Análise visual de qualidade dos projectos executados*	Mudanças económicas e sociais geradas
2019	Construção de 2 salas de aulas e 2 casa de banho duplas em Chirodzi-Ponte.	3.112.875,00	AB Construções	Chirodzi	existe e em uso	Sem a devida qualidade: encontramos rachas em algumas paredes	Criadas as condições para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, reduzindo as distâncias percorridas pelas crianças até a ESH de Marara Centro
	Bomba de água no povoado de Chifulu em Chacocoma.		Marven Construções	Chifulu	existe e em uso	com qualidade	Aumento das fontes de abastecimento de água potável na comunidade
	Bomba de água no povoado de Nhansanga-Ponte			Nhansanga	existe e em uso	com qualidade	Aumento das fontes de abastecimento de água potável na comunidade
2020	Furos de água em Chirodzi	345.875,00	AB Construções	Chirodzi	existe e em uso	Com qualidade	Aumento das fontes de abastecimento de água potável na comunidade
	Furos de água em Nhansanga	2.840.459,17	Construções África	Nhansanga	existe e em uso	Com qualidade	Aumento das fontes de abastecimento de água potável na comunidade
	Furo de água em Nhamadzanidzani			Nhamadzanidzani	existe e em uso	Com qualidade	Aumento das fontes de abastecimento de água potável na comunidade
	Furo de água em Cassoca			Cassoca	existe e em uso	Com qualidade	Aumento das fontes de abastecimento de água potável na comunidade

	Apreçamento de duas salas de aulas com 50 carteiras e sanitários em Chirodzi-Ponte		AB Construções	Chirodzi	existe e em uso	Com qualidade	criadas as condições mínimas para o processo de ensino e aprendizagem
Total		6.299.209,17					

3.4 Análise dos projectos dos 2,75% da Comunidade de Pande distrito de Govuro, e Maimelane, distrito de Inhassoro, Província de Inhambane⁹

Mais de 49,49 milhões de MT não foram canalizados pelo Ministério de Economia e Finanças para a Comunidade de Maimelane e Pande entre 2013-2020

Os distritos de Inhassoro e Govuro hospedam o projeto operado pela empresa Sasol Petroleum Temane, Lda, o único projecto do sector de petróleo e gás que já iniciou o processo de produção. Esta empresa paga o imposto de produção em duas modalidades nomeadamente, em espécie e em valor. Entre 2013 e 2019, a Sasol pagou cerca de 1.750 milhões de MT em valor e o equivalente a 1.715 milhões de MT em espécie¹⁰.

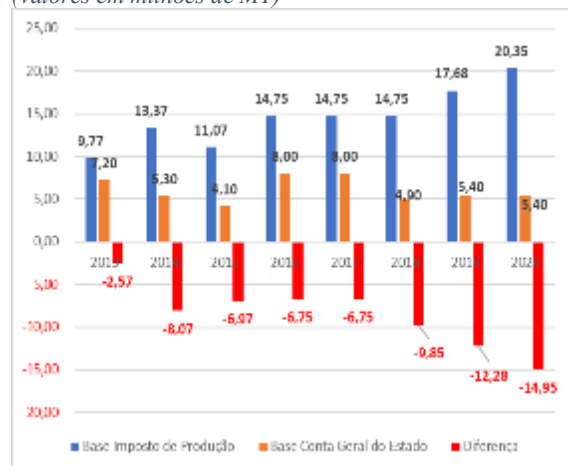
Segundo dados da Conta Geral do Estado de 2013-2020, foi transferido às Comunidades de Maimelane e Panda, 44,98 milhões de MT no âmbito dos 2,75%. Considerando o valor do imposto de produção pago em valor, era de esperar, para estas comunidades, o valor de 48,15 milhões e MT, uma diferença de 3,32 milhões de MT em relação ao transferido e, se se considerar também o valor pago em espécie o montante esperado seria de 95,32 milhões de MT, uma diferença de 50,34 milhões de MT, o equivalente a 112% do valor efectivamente transferido. Ver gráfico 9 abaixo.

Em termos de execução, do valor alocado, dados compilados dos projectos executados mostram que do valor transferido pelo MEF, foi executado em 101,4%, o correspondente a 48,98 milhões, 1,4% acima do valor declarado como transferido pelo MEF. Facto curioso é que em 2014, 2015 e 2017 os níveis de execução foram acima dos valores transferidos, em 59%, 39% e 1% respectivamente, podendo se questionar a proveniência deste acréscimo não reportado na planificação inicial. Ver gráfico 10 abaixo.

⁹ Ver tabela 4

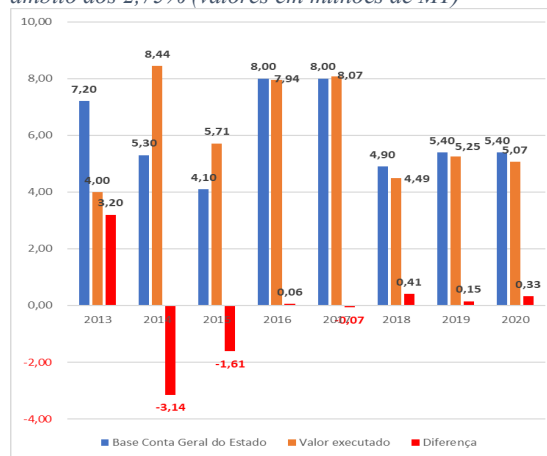
¹⁰Relatórios da ITIE vários anos

Gráfico 9: Valores transferidos as comunidades de Maimelane e Pande entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT)



Fonte: CGE (vários anos) e relatórios da ITIE (vários anos)

Gráfico 10: Execução dos valores transferidos a comunidades de Maimelane e Pande entre 2013-2020 no âmbito dos 2,75% (valores em milhões de MT)



Fonte: CGE (vários anos) e relatórios de execução dos projectos

Não há evidências do envolvimento das comunidades na escolha dos projectos prioritários

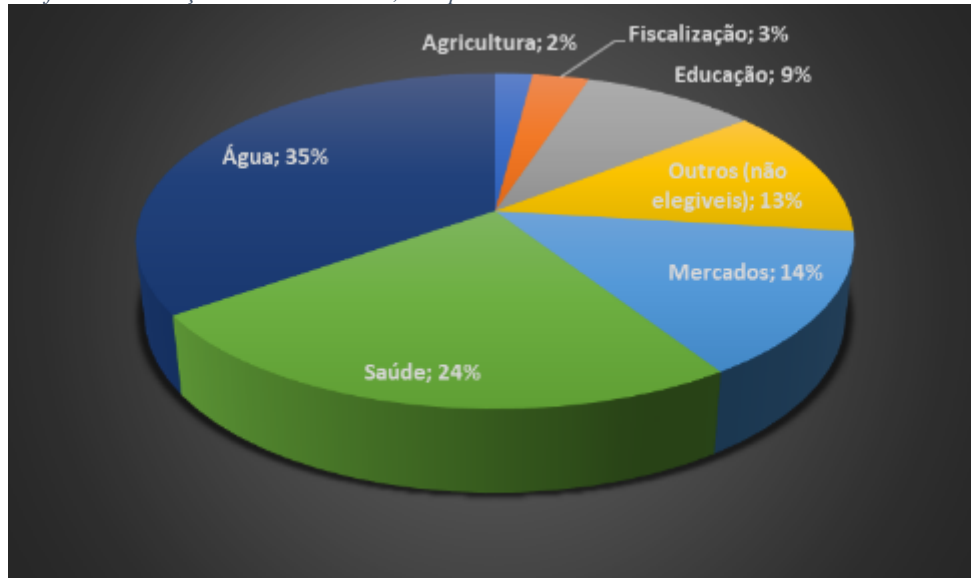
Nas diligências efectuadas pela equipa do CIP junto aos líderes locais, membros da comunidade e funcionários dos Governos distritais alguns afirmaram que são realizadas reuniões de auscultação junto à comunidade para a definição das prioridades mas, solicitadas as actas dos encontros, não foram apresentadas o que levanta dúvidas sobre a realização das mesmas. Esta situação é má para a transparência na gestão destes fundos que devem ser geridos com um envolvimento a 100% da comunidade e com provas do seu envolvimento.

Análise física dos projectos por Distrito¹¹

De modo geral, foi transferido pelo MEF, de acordo com as CGE de 2013 à 2020, cerca de 48,3 milhões de MT tendo sido executados, 48,98 milhões de MT, o correspondente a 101,41%. Em termos de áreas de projectos, o sector da água, com 35% do valor global, representa a maior demanda seguido pelo sector da saúde, com 24%, e mercados com 14%. As actividades não elegíveis representam 13% do valor total executado e a fiscalização 3%. Ver gráfico 11 abaixo.

¹¹Ver mapa resumo em anexo

Gráfico 11: Execução dos valores dos 2,75% por área de actividades nos distritos de Inhassoro e Govuro



Fonte: Construção com base nos valores de execução por projecto

O valor relativamente alto das actividades não elegíveis é preocupante considerado que existe um documento orientador que não está sendo cumprido e, se o mesmo se mostrar ultrapassado deverá ser revisto para evitar ilegalidades na execução dos fundos dos 2,75%. Outro elemento preocupante neste valor é o facto dos Governos distritais poderem estar a usar o valor dos 2,75% para o cumprimento das actividades do PQG que devem ser financiadas através do orçamento do estado canalizado ao distrito.

1. Distrito de Inhassoro

Os dados da CGE mostram que foi transferido para este Distrito desde o ano de 2003, cerca de 27,7 milhões de MT, tendo sido executados 22,78 milhões de MT, o que corresponde a um nível de execução de 82%. Os fundos transferidos para este distrito beneficiaram 8 aldeias nomeadamente: Nhocolo, Mangungunte, Chitsekane, Maimelane, Inhassoro Sede, Vulcanjane, Chimadjane, e Temane.

Das realizações de 2013-2020, foi possível apurar que, em 2013 foi construído: uma sala de aulas, 2 alpendres de mercado e 2 furos de água, avaliados em 2.675.248,90 MT. Não há informações sobre a sua situação actual. Em 2014 foi construído um posto de Registo Civil, avaliado em 929.005,16 MT, que, para além de se apresentar em mau estado de conservação, não faz parte dos projectos elegíveis no âmbito da Circular 1/MPD-MF/2013 que estabelece os critérios a observar na implementação de projectos financiados por receitas de exploração mineira e petrolíferas canalizadas às comunidades, o que se pode entender como

desvio de aplicação em relação aos propósitos do fundo dos 2,75% e ainda, a evidência de que a decisão do uso dos fundos foi apenas do Governo Distrital sem envolvimento da comunidade.

Ainda em 2014, foi construído um pequeno sistema de abastecimento de água, dois furos de água na ESG de Maimelane e C.S cuja apreciação é de que têm qualidade e contribuíram significativamente para o acesso das comunidades a fontes de água mais seguras. Quanto a aquisição de 50 cadeiras e pagamento da adenda dos trabalhos adicionais dos alpendres não foram encontradas evidências dessas actividades.

Posto de Registo Civil



Furo de captação de água



Em 2015 foi montada uma antena repetidora em Inhassoro Sede, um projecto que, apesar de ser importante para a comunidade, não faz parte dos projectos elegíveis pela circular 1/MPD-MF/2013 citada acima o que mais uma vez demonstra um desvio de aplicação. Este projecto estava avaliado em 325.000,00 MT. Em 2015 também foi adquirida uma ambulância cujo pagamento só foi concluído em 2016.

Em 2016, mais uma vez aparece um projecto não elegível referente a reabilitação do edificio para a rádio e televisão cuja observação física conclui que, provavelmente, a reabilitação tenha sido feita mas, o edificio está em mau estado de conservação. Ainda em 2016, foram construídos sanitários para Nhacolo e Mangungamente mas, pela qualidade das mesmas, existem sérias dúvidas em relação ao seu custo, de 1.331.937,36 MT.

Em 2017, aparece, mais uma vez, um projecto não elegível referente a reabilitação do edificio da rádio comunitária, avaliado em 131.490,78MT, sem evidências sobre esta reabilitação. Em relação à construção de 7 furos de água, apurou-se que destes, 4 estão ainda em funcionamento e 3 encontram-se avariados. Os

furos foram concluídos em 2018 o que fez com que, para este ano, o valor transferido pelo MEF fosse apenas para este projecto. Quanto à construção de alpendres para mercados, iniciados em 2017 e concluídos em 2020, julga-se que os mesmos foram construídos com a qualidade aceitável. Salientar que, todo o valor transferido em 2019 foi destinado à construção de alpendres nos mercados.

Rádio Comunitária



Alpendres



Mercado



Em 2020, para além da conclusão dos alpendres dos mercados já mencionados anteriormente, e do pagamento de fiscalizações das obras, foi reabilitado o sistema de abastecimento de água no Centro de Saúde de Temane e furo de água com bomba manual no centro de Saúde de Chitsekane que se julga terem a qualidade necessária e que contribuíam para a melhoria das condições de acesso à água potável naquelas unidades sanitárias e para as populações dos arredores desses centros de saúde que usam as mesmas fontes.

Sistema de abastecimento de água



sistema de abastecimento de água



2. Distrito de Govuro

Os dados da CGE mostram que foi transferido para este distrito, desde o ano de 2013, cerca de 20,6 milhões de MT tendo sido executados 26,20 milhões de MT, o que corresponde a um nível de execução de 127%. De princípio este nível de execução é questionável considerando os valores transferidos. A pergunta que surge é, de onde vem o valor adicional?

Os fundos transferidos para este distrito beneficiaram 5 aldeias nomeadamente: Pande, Chimedje, Machovo, Chinhocane e Chibuca. Em 2013, foi adquirido um tractor no valor de 1.323.120,00 MT que já se encontra em estado obsoleto.

Tractor



Tal como aconteceu no distrito de Inhassoro em 2014, foi implementado um projecto que não faz parte dos projectos elegíveis, nomeadamente: a expansão da rede elétrica avaliada em 2.329.666,00MT e a construção de morgue avaliada em 947.859,06MT. Apesar destes projectos serem fundamentais para a comunidade, o documento orientador da aplicação dos fundos não os considera elegíveis sendo por isso um desvio de aplicação. Para além desta irregularidade, fica parecendo que os Governos distritais passaram a usar os fundos dos 2,75% para a realização de acções que por natureza devem ser realizadas pelo próprio Governo, através do Orçamento do Estado. Ainda em 2014, foi adquirida uma ambulância para a localidade de Pande. Esta ambulância encontra-se em bom estado de conservação e melhorou substancialmente a prestação de serviços de saúde na comunidade.

Em 2015, foi adquirido um sistema de frio para a morgue construída em 2014, avaliado em 761.755,00MT, projecto não elegível de acordo com a circular 1/MPD-MF/2013. Foi também iniciada neste ano, a transformação de furos de água em Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA). Foram transformados 4, sendo que 3 estão em bom funcionamento e 1 em estado obsoleto e, em 2016 foram transformados 5 e todos estão em funcionamento.

Pequeno Sistema de Abastecimento de
Água



Pequeno Sistema de Abastecimento de
Água



Pequeno Sistema de Abastecimento de
Água



Em 2016, para além da transformação de 5 furos de água em PSAA, foi adquirida 1 alfaia agrícola e 6 pneus de tractor. A alfaia está fora de uso e o tractor para o qual se indica que foram adquiridos os pneus está em estado obsoleto.

Tractor



Tractor



alfaia agricola



Em 2017, foi construída uma enfermaria em Pande (concluída em 2019), que está em bom estado técnico e de conservação, e foram reabilitadas 9 salas de aulas que se julga que tecnicamente não são adequadas por terem a ventilação reduzida o que pode ser prejudicial para a saúde dos alunos e dos professores.

salas de aulas



salas de aulas



salas de aulas



Em 2018, para além do projecto da enfermaria iniciado em 2017, deu-se continuidade a reabilitação de salas de aulas, tendo sido abrangidas mais 3 que apresentam os mesmos problemas relatados anteriormente.

salas de aulas



salas de aulas



Em 2019, para além do projecto da conclusão da enfermaria iniciado em 2017, foram substituídas bombas submersíveis em 5 PSAA que estão em funcionamento e melhoraram o acesso de água sem uso da força humana.

Em 2020, foi construída 1 sala de aulas na EPC de Chimedje que veio a reduzir o número de alunos a estudarem ao relento, e 1 furo de água em Machovo que criou melhorias no acesso à água nesta comunidade.

EPC de Chimedje



Tabela 4: Resumo dos Projectos dos 2,75% nos distritos de Inhassoro comunidade de Maimelane e Govuro comunidade de Pande (2013-2020)

Ano	Projectos executados	Valor Estimado	Empresa Adjudicada*	Local (aldeia)	Ponto de situação	Análise visual de qualidade dos projectos executados*	Mudanças económicas e sociais geradas
2013	Construção de uma Sala de Aulas	747.690,02		Mapandzene	Sem comentários	sem comentários	sem comentários
	Construção de 2 alpendres de mercado	1.146.862,78		Nhacolo	Sem comentários	sem comentários	sem comentários
				Mangungumente	Sem comentários	sem comentários	sem comentários
	Construção de 2 furos de água	780.696,10		Mudamane	Sem comentários	sem comentários	sem comentários
			Chitsecane	Sem comentários	sem comentários	sem comentários	
2014	Construção do posto de Registo Civil	929.005,16		Nhocolo	Tecnicamente viável encontrando-se em mau estado de conservação	Mau estado de conservação	Aproximação e acesso aos serviços de identificação civil das comunidades
	Construção de um pequeno sistema de abastecimento de água	834.246,84		Mangungumente	Tecnicamente bom	tem qualidade	Aumento ao acesso à água potável nas comunidades
	Construção de dois furos de água na ESG de Maimelane e C.S	697.094,28		Chitsekane	Tecnicamente bom	tem qualidade	Aumento de acesso à água potável no recinto escolar e para a comunidade
	Aquisição de 50 cadeiras	86.346,00		Maimelane	Sem comentários	sem comentários	Sem comentários
	Pagamento da adenda dos trabalhos adicionais dos alpendres	209.820,78		Nhacolo	Sem comentários	sem comentários	Sem comentários
			Mangungumente	Sem comentários	sem comentários	Sem comentários	
2015	Montagem de antena repetidora da TV e Rádio	325.000,00		Inhassoro Sede	Encontra se em bom estado	tem qualidade	Ampliação da área de sintonia da Rádio e TV
	Pagamento para a aquisição de uma ambulância	1.275.000,00		Inhassoro Sede	Existente	sem comentários	Melhoria de acesso a serviços de saúde nas comunidades

2016	Conclusão da aquisição da Ambulância	2.306.813,74		Inhassoro Sede	Existente	sem comentários	Melhoria de acesso a serviços de saúde nas comunidades
	Construção de sanitários	1.331.937,36		Nhacolo	Existem com dúvidas em relação ao seu custo.	sem qualidade	Sem comentários
				Mangungume			Sem comentários
Reabilitação do edifício para a rádio e televisão	400.338,90		Inhassoro Sede	Provavelmente foi feito mas o edifício está em mau estado de conservação	Mau estado de conservação	Sem comentários	
2017	Construção de alpendres para mercados	2.015.468,74		Vulanjane	Alpendres construídos com qualidade em modelo comunitário	tem qualidade	Melhoria das condições dos vendedores nos mercados e organização dos vendedores
				Chimadjane			
	Construção de 7 furos de água	1.892.120,48		Maimelane	4 furos em funcionamento e 3 avariados	sem qualidade	Sem comentários
	Reabilitação do edifício da rádio Comunitária	131.490,78		Maimelane	Sem comentários	sem comentários	Sem comentários
2018	Conclusão dos 7 furos para captação de água	2.419.110,00		Maimelane	4 furos em funcionamento e 3 avariados	sem qualidade	Sem comentários
2019	Conclusão da construção de alpendres	2.589.885,97		Vulanjane	Alpendres construídos com qualidade em modelo comunitário	tem qualidade	Melhoria das condições dos vendedores nos mercados e organização dos vendedores
2020	Conclusão da construção de alpendre	1.638.749,26		Chimadjje	Alpendres construídos com qualidade em modelo comunitário	tem qualidade	Melhoria das condições dos vendedores nos mercados e organização dos vendedores
	Pagamento de trabalhos de fiscalização na construção dos alpendres	403.650,00		Vulanjane	N/A	N/A	N/A
				Chimadjje	N/A	N/A	N/A
Reabilitação do sistema de abastecimento de água no Centro de Saúde de Temane e furo de	568.618,75		Temane	Sistema existente e em bom funcionamento	tem qualidade	Melhoria das condições de acesso a água potável sem	
		Chitsecane					

	água com bomba Manual no centro de Saúde de Chitsecane						uso da força humana
	Pagamento de Fiscalização na reabilitação do sistema de abastecimento de água no Centro de Saúde de Chitsecane	49.999,99		Temane	N/A	N/A	N/A
				Chitsecane	N/A	N/A	N/A
Total		22.779.945,93					
2013	Comprado um trator	1.323.120,00		Pande			
2014	Expansão da rede elétrica	2.329.666,00		Pande	Não foi possível visitar esta actividade	sem comentários	Sem informação
	Aquisição de ambulância	2.242.850,10		Pande	Boas Condições	Em boas condições de conservação	Melhoria da prestação de serviços de saúde na comunidade
	Construção de Morgue	947.859,06		Pande	Existe com qualidade suficiente	tem qualidade aceitável	Alargamento de tempo para realização de funerais nas comunidades
	Serviços de fiscalização	168.038,00		Pande	N/A	N/A	N/A
2015	Aquisição de um sistema de frio para a Morgue	761.755,00		Pande	Tem Capacidade para 4 Corpos e em bom estado	tem qualidade aceitável	Alargamento de tempo para a realização de funerais nas comunidades
	Transformação de 4 furos de água em PSAA	3.352.440,00		Pande	3 em bom funcionamento e 1 em estado obsoleto	razoável	Melhorado o acesso de água sem uso da força humana
2016	Transformação de 5 furos de água em PSAA	2.978.732,10		Pande	Em funcionamento	tem qualidade aceitável	Melhorado o acesso de água sem uso da força humana
	Aquisição de 1 alfaia agrícola	663.345,96		Pande	Fora do uso	N/A	N/A
	Aquisição de 6 Pneus de tractor	263.137,64		Pande	Tractor em estado obsoleto	N/A	N/A
2017	Construção de uma enfermaria em Pande	1.675.757,33		Pande	Bom estado técnico e de conservação	tem qualidade aceitável	Ampliação de infra estruturas de saúde elevando a

							capacidade de atendimento
	Reabilitação de 9 salas de aulas	1.972.579,67		Pande	Tecnicamente não adequado por ter ventilação reduzida	sem qualidade	Achamos que houve uma tentativa de melhoria das condições das salas de aulas apesar de a nossa equipa achar que os trabalhos não oferecem a devida qualidade
			Chimedje	sem qualidade			
			Chinhocane	sem qualidade			
	Pagamento de fiscalização	380.028,00		Pande	N/A	N/A	N/A
2018	Pagamento da dívida da construção da enfermaria	424.321,00		Pande	Sem comentário	sem comentários	N/A
	Reabilitação de 3 salas de aulas	825.437,15		Chibuca	Tecnicamente não eficaz por limitação da ventilação nas salas	sem qualidade	disponibilidade de mais salas de aulas mas que podem criar problemas de saúde aos alunos
	Pagamento da segunda fase da Enfermaria	799.830,76		Pande	Sem comentários	sem comentários	N/A
	Pagamento de Serviços de fiscalização	20.112,00		Pande	N/A	N/A	N/A
2019	Substituição de bombas submersíveis em 5 PSAA	1.340.340,00		Pande	Tecnicamente viável e em pleno funcionamento	tem qualidade aceitável	Melhorado o acesso de água sem uso da força humana
	Conclusão da construção da enfermaria	1.199.744,64		Pande	Sem comentários	N/A	N/A
	Pagamento de serviços de Fiscalização	120.875,36		Pande	Sem comentários	N/A	N/A
2020	Construção de 1 sala de aulas na EPC de Chimedje	1.436.457,81		Pande	Tecnicamente aceitável e em bom estado de conservação	tem qualidade aceitável	Ampliação de salas de aula e redução de nr de alunos a estudarem ao relento
	Construção de 1 furo de água	707.363,10		Machovo	Em funcionamento	tem qualidade aceitável	Melhoria de acesso a água nas comunidades

	Pagamento dos serviços da fiscalização	266.101,50		Pande	Sem comentários	N/A	N/A
Total		26.199.892,18					
Total Geral		48.979.838,11					

* Não foi possível apurar

4 Conclusões e recomendações

De acordo com a brochura “ O que vem da Terra volta à Terra: 2,75%”, elaborada pelos Governos Distritais de Inhassoro e Govuro, existe um roteiro claro sobre como funciona o processo de gestão dos 2,75%. No entanto, segundo os documentos consultados, verifica-se, de forma geral, um baixo envolvimento das comunidades sobre as prioridades de afectação dos 2,75%.

A população reclama que muitas vezes não é auscultada pelos líderes comunitários, não é explicada como o processo funciona por isso não sabe identificar quais são as obras resultantes dos 2,75%. Outro dado constatado é que os próprios líderes comunitários e Governos Distritais também têm pouca informação sobre o processo dos 2,75%, remetendo, muitas vezes, aos Governos provinciais e Central.

Existem dificuldades na identificação clara das obras implantadas no âmbito dos 2.75%, de 2013 a 2020. Este facto deve-se, por um lado, a falta de abertura das estruturas locais e por outro, ao desconhecimento do que efectivamente foi feito.

No geral, os projectos possíveis de identificar apresentam uma qualidade média/baixa. Foram constatadas várias irregularidades, conforme descrito na descrição das obras por cada distrito. Algumas irregularidades relacionam-se com rachas, furos de água não funcionais, ou que fornecem água não adequada, não apropriação das obras pelas comunidades, obras acabadas mas que não funcionam, não obediência ao padrão das escolas definidas pelo Ministério da Educação, realização de projectos fora do definido pela circular 1/MPD-MF/2013, o que representa um desvio de aplicação dos valores dos 2,75%.

Nos distritos analisados, o MEF não transferiu 100,69 milhões de meticais para estas comunidades, entre 2013 a 2020.

No geral, a população mostrou-se satisfeita com as obras implantadas pois as mesmas constituem necessidades fundamentais. A sua implantação trouxe algumas mudanças, embora pequenas olhando para o nível de necessidades que ainda existem nas comunidades. No entanto, a população apresenta algum grau de frustração em relação as obras mal executadas ou mesmo aquelas que não foram sua prioridade. Este aspecto deve ser corrigido.

Visto que as necessidades são muitas, as obras implantadas são de cariz social (escolas e furos de água) o seu impacto na comunidade é por vezes de longo prazo sendo de difícil visibilidade, de imediato, é difícil avaliar com exactidão o seu impacto considerável. A expectativa da população é de ver mudanças

estruturais nos seus rendimentos, vida, etc. e, neste momento, sente que não vem nenhum benefício dos 2,75% pois a pobreza continua, os problemas continuam e não vêem nada a mudar. Os furos de água, expansão da rede elétrica, escolas e outros projectos representam um ganho para as comunidades. Contudo, não se pode dizer que trouxeram alguma mudança económica visível, ou digna de realce. Não se constata um impulso na actividade comercial, por exemplo, por causa destas infra-estruturas.

Recomendações:

Considerando as constatações desta análise, o CIP recomenda o seguinte:

- i) Maior divulgação de informação sobre os mecanismos de participação e envolvimento das comunidades na gestão dos 2,75%;
- ii) Comunicação às comunidades da base de cálculo dos valores transferidos;
- iii) Cumprimento com maior rigor ou revisão do menu de projectos elegíveis definidos na circular 1/MPD-MF/2013;
- iv) Apresentação dos projectos executados mas não identificados ou responsabilização dos responsáveis;
- v) Respeitar todo o ciclo de planificação deste fundo dos 2,75%;
- vi) Envolvimento de todos os actores no processo de monitoria das obras dos 2,75%, “gestão participativa”; e
- vii) Explicação sobre o destino do valor não canalizado e o motivo da não canalização para alguns distritos que exploram recursos naturais.

5 Documentos consultados

- CIP (2020), *Modelo actual de transferência dos 275 para às comunidades pode gerar desigualdades económicas e sociais*, disponível no site <https://cipmoz.org/2020/09/06/modelo-actual-de-transferencia-dos-275-para-as-comunidades-pode-gerar-desigualdades-economicas-e-socias/>
- Governo de Inhassoro e Govuro, brochura “*O que vem da Terra volta à Terra: 2,75%*”
- Governo do Distrito de Namanhumbir (2016-2020), *Relatórios de execução dos projectos dos 2,75%*
- Governos Distritais (vários anos), *Relatórios da Execução dos Projectos dos 2,75%*
- ITIE (vários anos), *Relatórios da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva*, disponíveis no site <http://itie.org.mz/>
- Lei 20/2014 de 18 de Agosto, *Lei de Minas*, disponível no site <https://inami.gov.mz/>

- Lei n.º 21/2014, de 18 de Agosto, *Lei dos Petróleos*, disponível no site <http://www.inp.gov.mz/>
- MEF (2013), *Circular 1/MPD-MF/2013*, disponível no site <https://www.resourcedata.org/dataset/rgi-circular-no-1-mpd-mf-2013>
- MEF (vários anos), *Conta Geral do Estado*, disponível no site <https://www.mef.gov.mz/>
- TA (vários anos), *Relatórios Parecer da Conta Geral do Estado*, disponível no site <https://www.ta.gov.mz/>